



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N.º 410/CONSELHO SUPERIOR, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018.

APROVA O PLANO DO CURSO TÉCNICO EM COOPERATIVISMO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA DO IFRR.

O Presidente em exercício do Conselho Superior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Parecer do Conselheiro Relator, constante no Processo n.º 23231.000425.2015-95 e a decisão do colegiado tomada na 57.ª sessão plenária realizada em 6 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Plano do Curso Técnico em Cooperativismo Subsequente ao Ensino Médio na Modalidade a Distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), conforme anexo desta resolução.

Art. 2.º Autorizar que os demais *campi* do IFRR utilizem o Plano do Curso aprovado por esta Resolução

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 3 de dezembro de 2018.



NADSON CASTRO DOS REIS

Presidente em exercício

Portaria n.º 1974/GR/2018



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS AMAJARI**

**PLANO DO CURSO
TÉCNICO EM COOPERATIVISMO**

SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Amajari - RR

2017

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Portaria nº383/2014 alterada pela Portaria nº400/2014

André Trindade de Barros

Edivânia Oliveira Santana

Luana Firmino Lobo

Lucas Eduardo Comassetto

Luciana Andréia Silva Bacelar

Pierlangela Nascimento da Cunha

Raine Castro de Moura Carvalho

Ronald Ramiro Ramos

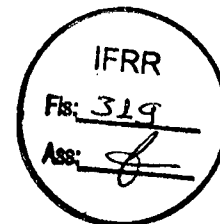
Roselis Bastos da Silva

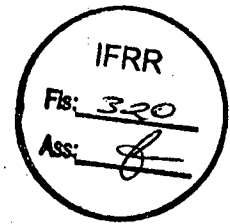
Silvana Menezes da Silva

Thays Cristine Soares de Carvalho

COLABORAÇÃO

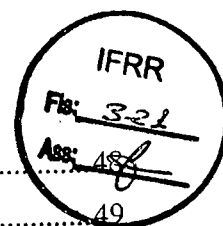
Equipe Pedagógica, Corpo Docente e Técnico do *Campus Amajari*



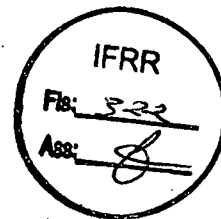


SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	1
2. APRESENTAÇÃO	2
3. JUSTIFICATIVA	8
4. OBJETIVOS	6
4.1 Objetivo Geral	6
4.2 Objetivos Específicos	6
5. REQUISITOS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA.....	6
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	7
6.1 Competências Específicas da Área Profissional	7
6.2 Área de Atuação do Egresso	8
6.3 Acompanhamento do Egresso.....	9
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	9
7.1 Estrutura Curricular.....	9
7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo	11
7.3 Ementário	11
7.4 Terminalidades Intermediárias	32
7.5 Prática Profissional Integrada	32
7.6 Projeto Integrador.....	41
7.7 Estágio Curricular	42
7.8 Práticas Interdisciplinares	42
7.9 Atividades Complementares	42
8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	43
8.1 Avaliação de Aprendizagem	43
9 DA VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM SEGUNDA CHAMADA	45
10 DA REVISÃO DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	46
10.1 Avaliação do Curso	46
10.2 Avaliação da Proposta Pedagógica do Curso	46
10.3 Aproveitamento e procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais Anteriormente Desenvolvidas	47



10.4 Atendimento ao Discente	49
11 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	50
12 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	52
13 Instalações	52
14 Instalações, Equipamentos e Recursos Tecnológicos	53
14.1 Espaço físico da biblioteca	53
14.2. Infraestrutura de Laboratórios	53
14.2.1 Laboratório de Informática	53
14.2.2 Laboratório de Biologia e Química	54
14.2.3 laboratório de Aquicultura e Limnologia.....	55
15 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO.....	55
15.1 Pessoal docente.....	55
15.2 Pessoal técnico.....	56
16 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS.....	56
17 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56



1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O Curso Técnico em Cooperativismo está elencado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, integrando o Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, que compreende tecnologias direcionadas para aplicação, desenvolvimento e difusão de tecnologias, com formação em gestão de processos de produção de bens e serviços e capacidade empreendedora, em sintonia com o mercado. Será oferecido aos egressos do Ensino Médio, sendo planejado de forma a conduzir o educando a habilitação profissional técnica de nível médio.

O Curso será realizado na modalidade a distancia, em horário e turno integral, com vistas a garantir o cumprimento da carga horária prevista, bem como viabilizar a participação dos discentes em atividades complementares, sendo essas pertinentes à construção do perfil profissional de conclusão do Curso Técnico em Cooperativismo.

As atividades teóricas e práticas serão executadas nas dependências do *Campus Amajari*, localizado na Rodovia Antonino Menezes da Silva, km 03 Amajari/RR e em outros quatro polos de Educação a Distancia do IFRR, sendo três no município de Normandia-RR; Comunidades Indígenas Araça da Serra, Raposa I e Xumina e um polo no município do Uiramutã.

O presente Plano de Curso encontra-se autorizado para execução, conforme a Resolução de aprovação do Conselho Superior do IFRR, número ____, de ____ de _____ de 2016.

2 APRESENTAÇÃO



Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cooperativismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) procurando explicitar os diferentes elementos que foram considerados na definição do currículo do curso e, portanto, na definição de sua matriz curricular. Foi formulado, com apoio pedagógico, por professores atuantes na Instituição, especializados diretamente nesta área e/ou em áreas afins, para que o curso atinja seu objetivo, que é de formar profissionais competitivos de alto padrão, prontos para assumirem suas responsabilidades no mercado de trabalho.

Segundo CARVALHO, 2014, a oferta de cursos de associativismo e cooperativismo tem a perspectiva de criar um celeiro de conhecimento sobre o cooperativismo e o associativismo, particularmente de Roraima, proporcionando uma expertise diferencial local.

Novas cooperativas poderão ser criadas a partir dos conhecimentos que serão repassados, potencializando suas ações na perspectiva de novos cenários, por intermédio de ações voltadas para os estudantes egressos do Ensino Médio.

Portanto este documento tem por objetivo propor a criação do Curso Técnico em Cooperativismo do IFRR, para que possamos oferecer melhor qualificação aos nossos discentes e futuros profissionais nas diversas áreas do Cooperativismo, possibilitando a viabilização de soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento regional, tanto para os produtores rurais, como para as comunidades indígenas do estado de Roraima.

2.1 Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR é originário da extinta Escola Técnica implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987 com os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Edificações. Por meio do Decreto nº 026 (E), de 12 de outubro de 1988, o Governo do então Território Federal de Roraima criou a Escola Técnica de Roraima. O Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação autorizou e reconheceu a Escola, aprovou o seu Regimento Interno e as matrizes curriculares dos cursos por ela ministrados e tornou válido todos os atos escolares anteriores ao Regimento.

Por força da Lei Federal nº 8.670, de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, iniciando, em 1994, suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex-Território Federal de Roraima, incorporando ao seu patrimônio rede física, materiais e equipamentos e absorvendo todos os alunos matriculados naquela escola nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.



A partir dessa data, a Escola iniciou um Programa de Expansão de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos – Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série, Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física – totalizando, naquele ano, 17 turmas e 406 alunos. Em dezembro de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, por meio da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro, publicada no DOU nº 233, de 9 de dezembro, Seção I. Entretanto, sua efetiva implantação como CEFET-RR só ocorreu por meio do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU nº 221, Seção I, tendo a referida solenidade ocorrida dia 10 de dezembro de 2002.

Com a transformação dessa Instituição em CEFET-RR a comunidade interna preparou-se para fazer valer o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e superior. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta vinculada à transformação da ETFRR em CEFET-RR. Em 2005, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, promovendo a implantação de Unidades Descentralizadas – UNED's em diversas unidades da federação, sendo o CEFET-RR contemplado na fase I, com a UNED Novo Paraíso, no município de Caracarái, região sul do Estado.

As atividades pedagógicas na UNED/Novo Paraíso tiveram início em agosto de 2007 com 172 alunos matriculados no Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma com 22 alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Em 11 de novembro de 2007, a UNED de Novo Paraíso foi inaugurada, com a presença “in loco” do Ministro da Educação Fernando Haddad. Na fase II, o CEFET-RR foi contemplado com o *Campus* Amajari, localizado na região norte do Estado, município de Amajari, que iniciou suas atividades atendendo a 70 alunos matriculados no Curso Técnico em Agricultura, funcionando provisoriamente no espaço físico da Escola Estadual Ovídio Dias, mediante parceria firmada com a Secretaria Estadual de Educação. Em setembro de 2012, o *Campus* Amajari foi oficialmente entregue à comunidade e, em dezembro de 2012, foi inaugurado pela presidenta da república em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e muda a denominação das unidades passando de UNED para *Campus*. O IFRR foi criado por essa lei mediante a transformação do CEFETRR em Instituto Federal. Em 2010 foi lançada a fase III do plano de expansão da Rede Federal e o IFRR

contemplado com mais uma unidade o *Campus Zona Oeste*, cujo processo de construção e implantação está em andamento na zona oeste de Boa Vista.

Atualmente, o IFRR está estruturado com uma Reitoria e quatro *Campi* distribuídos pelo estado, conforme mostra a figura 01 e detalhamento a seguir:

- a) *Campus Boa Vista* – localizado na região central do Estado, em Boa Vista. Tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Alto Alegre, Mucajaí e Iracema;
- b) *Campus Novo Paraíso* - localizado na região sul do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Caracaraí, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis;
- c) *Campus Amajari* – localizado na região norte do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre;
- d) *Campus Zona Oeste de Boa Vista* – localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista, atualmente em fase de construção e Implantação. Com os cursos Técnicos subseqüente em Serviço Público e Comércio.
- e) *Campus Avançado do Bonfim* – localizado no município de Bonfim, atualmente em fase de construção e Implantação.

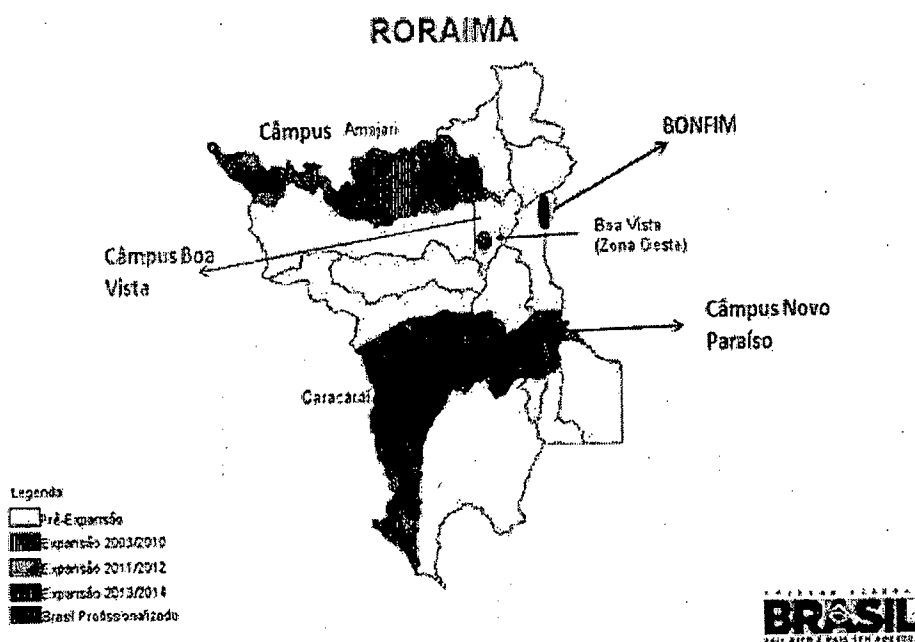


Figura 1: Mapa do Estado de Roraima com a localização dos Campi do IFRR. Fonte: Brasil, MEC/SETEC



No *Campus* Boa Vista, são ofertados 08 cursos de graduação, sendo 04 Cursos Superiores de Tecnologia (Tecnologia em Gestão Hospitalar, Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Saneamento Ambiental e Tecnologia em Gestão de Turismo), e 04 Cursos de Licenciatura (Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, Licenciatura em Matemática e Licenciatura Plena em Educação Física). Dos Cursos de Licenciatura 02 são ofertados pelo Programa PARFOR, via Plataforma Freire da CAPES e 01 ofertado via Educação a Distância – EAD. Também são ofertados 02 Cursos de Pós-Graduação (mestrado em educação e Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis. Além dos Cursos Técnicos de Nível Médio presenciais (Enfermagem, Eletrônica, Análises Clínicas, Eletrotécnica, Secretariado, Edificações e Informática), dos quais 04 são ofertados pelo Programa Pró Funcionário, via Rede e-TEC.

No *Campus* Novo Paraíso, são ofertados 03 Cursos Técnicos, sendo 02 presenciais funcionando em regime integral com habilitação em Agropecuária, Agroindústria e Agricultura Integrado ao Ensino Médio, 01 subsequente em Agropecuária, desenvolvido no regime de Alternância - internato pleno.

No *Campus* Boa Vista Zona Oeste, são ofertados 02 Cursos Técnicos - Técnico subsequente em Serviço Público e Técnico subsequente em Comércio.

No *Campus* Avançado de Bonfim são ofertados 02 Cursos Técnicos - Técnico Subsequente em Comércio Exterior e Técnico Subsequente em Administração.

No *Campus* Amajari são ofertados 03 Cursos Técnicos presenciais (Agricultura, Agropecuária e Aquicultura) e 01 Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura. Dos cursos Técnicos, os de Agricultura e Agropecuária são ofertados da seguinte maneira: Integrado ao Ensino Médio, Subsequente ao Ensino Médio, Concomitante ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Integrado ao Ensino médio no regime de Alternância - internato pleno. O curso Técnico em Aquicultura é ofertado, integrado ao Ensino Médio e subsequente ao Ensino Médio.

Nos três *campi* do IFRR são ofertados também, Cursos de Qualificação Profissional de Formação Inicial e Continuada – FIC, Cursos do Programa Mulheres Mil e do PRONATEC.

Atualmente, o IFRR atende a um total de 8.944 alunos, sendo 4.231 matriculados nos cursos Técnicos, Superiores e de Pós-Graduação e 4.713 alunos matriculados nos cursos do PRONATEC, Mulheres Mil e Pró Funcionário/e-TEC. Para dar conta dessa demanda o IFRR conta com um quadro de pessoal constituído por 275 docentes, sendo 241 professores efetivos, 26 professores substitutos, 8 professores temporários e 316 Técnicos-Administrativos distribuídos em seus cinco Campi e Reitoria. A área de atuação do IFRR se estende pela soma



levantamentos sobre informações socioeconômica, educacional e produtiva da região foram realizadas por meio de visitas nas escolas da região (municipais e estaduais) e nas propriedades rurais.

Assim, em 22 de maio de 2010 foi realizado o lançamento da Pedra Fundamental do *Campus* Amajari, nesta cerimônia os presentes registraram suas perspectivas do futuro para a região do Amajari, estes registros foram lacrados uma caixa de intenções que será aberta no 5º aniversário do *Campus*. pautado em retrato da região, em 2010 começou a ser elaborado o Plano de Curso Técnico em Agricultura - Subsequente ao Ensino Médio, para ser ofertado no segundo semestre. Em julho, aprovado pelo Ministério da Educação, iniciaram-se os trabalhos no "Projeto de Estruturação de Hortas Orgânicas nas comunidades do Amajari", projeto de implantação de Núcleos de Estudos em Agroecologia - NEAGRO. Em setembro, ainda em instalações provisórias, na Escola Estadual Ovídio Dias de Souza, o *Campus* Amajari iniciou suas atividades acadêmicas, ofertando 70 vagas para o curso Técnico em Agricultura - Subsequente ao Ensino Médio (diurno e noturno, com retornos aos sábados para as atividades práticas).

No ano de 2011, o *Campus* ofertou a sua primeira turma na modalidade Concomitância, um convênio com as Escolas Estaduais Indígenas. Possibilitando, desta forma, que discentes que cursavam o Ensino Médio nas escolas conveniadas, também obtivessem a formação profissional, cursando ao mesmo tempo, em horário oposto, os componentes pertinentes à formação técnica (núcleos diversificado e profissional). Ao final de 2011, o *Campus* Amajari passou a sediar o Núcleo de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura - NUPA/Norte 06 do IFRR, realizando levantamento de dados sobre o perfil dos pescadores e consumidores de pescado da região.

As primeiras turmas na modalidade Integrado ao Ensino Médio do Curso Técnico em Agricultura foram ofertadas em 2012, das 140 vagas ofertadas, 70 vagas em regime de Alternância. Em meados de julho, o IFRR/*Campus* Amajari retorna as aulas na sede própria, ainda em fase final de construção. A solenidade de inauguração do novo edifício aconteceu em 28 de agosto de 2012, durante as comemorações de 19 anos do IFRR.

Ainda em 2012, por meio do Programa Mulheres Mil, 100 mulheres oriundas das Comunidades Indígenas do Aningal, Cajueiro, Guariba, Juraci, Mangueira, Mutamba, Ouro, Santa Inês, Três Corações e Urucuri, iniciaram o curso de Produção e Beneficiamento de Frutas e Hortaliças. O foco principal do curso foi a produção de molho de pimenta a partir de receitas indígenas, agregando o devido conhecimento técnico.

Em 2013, o *Campus* Amajari ofertou o curso Técnico em Agropecuária (Integrado ao Ensino Médio e Subsequente), e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e



Emprego - PRONATEC os cursos de Apicultor, Auxiliar Administrativo e Operador de Computador.

Em 2014, o *Campus* Amajari ofertou a sua primeira turma do curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio na modalidade em alternância, com alunos oriundos da região do Alto Alegre, através da Vila do Taiano e comunidades indígenas da Barata, Anta I, Anta II, Boqueirão e Piun. Além de dar continuidade com os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Em 2015, foi criada a primeira turma de Técnico em Aquicultura subsequente ao Ensino Médio. E em 2016 a primeira turma do Curso Superior em Tecnologia em Aquicultura.

O IFRR/*Campus* Amajari é uma instituição na qual a formação está orientada para a formação técnica, a qual os estudantes adquirem conhecimentos e desenvolvem habilidades para que, ao concluir seus estudos, estejam preparados para o mercado de trabalho e para trilhar os próximos níveis educacionais. Aliada a estes princípios, a instituição procura preparar os estudantes para serem membros responsáveis e atuantes da sociedade. Para tanto, realiza ainda ações junto a comunidade por meio de seus Núcleos (NEAGRO e NUPA - Norte 06) e de projetos de Extensão e Pesquisa, envolvendo estudantes, servidores do IFRR e de instituições parceiras.

3 JUSTIFICATIVA

O *Campus* Amajari está localizado na região norte do estado de Roraima, na Vila Brasil, sede do município de Amajari, distante 156 km de Boa Vista. O Município de Amajari conta com uma população de 9.327 habitantes, conforme dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O *Campus* Amajari tem oferta prioritária de ações educacionais relacionadas ao eixo tecnológico de recursos naturais, compreendendo, em especial, as tecnologias pertinentes à produção vegetal e animal. Contudo, estenderá o atendimento em outras áreas profissionais como educação, saúde, turismo e informática, sobretudo a partir de atividades de extensão.

O *Campus* Amajari tem uma área de abrangência que permite o acesso, na sede de seu município, aos seus Cursos e atividades, a estudantes, filhos de pequenos produtores, oriundos de áreas de assentamentos rurais e comunidades indígenas, com produções voltadas à agricultura familiar e proprietários de fazendas dedicados principalmente às atividades da pecuária, bem como das demais comunidades, situadas nas áreas urbanas das vilas.

A diversidade cultural do estado é intensificada em Amajari pela convivência entre os diferentes saberes e tradições indígenas, de fazendeiros e de pequenos produtores rurais, regra



geral, migrantes de outros estados do país.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a oferta deste Curso oportunizará a formação de profissionais que poderão intervir na realidade local, buscando superar problemas relacionados à organização social, podendo intervir no desenvolvimento social e econômico do município e da região.

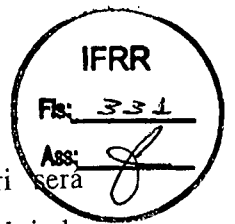
O Curso Técnico em Cooperativismo é ofertado a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente. Ele vem responder à demanda por preparação, formação e aprimoramento educacional e profissional, numa situação em que os indivíduos não têm acesso aos cursos presenciais, ou ainda, não podem dispensar de períodos longos para sua formação.

Os concluintes dos cursos técnicos são profissionais de nível médio, aptos a desenvolver atividades em uma determinada área. Possuem formação direcionada para aplicação, desenvolvimento e difusão de tecnologias, com formação em gestão de processos de produção de bens e serviços e capacidade empreendedora, em sintonia com o mercado.

Nesse sentido, é relevante oportunizar a formação de profissionais técnicos na área do cooperativismo, pois o cooperativismo, como o próprio nome já diz, tem como principal finalidade libertar o homem do individualismo, através da cooperação entre seus associados, satisfazendo, assim, as suas necessidades. É um sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de riqueza, tendo como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas. A cooperação, que sempre existiu nas sociedades humanas desde as eras mais remotas, esteve presente como resultante de necessidades imperiosas de sobrevivência. É a união de pessoas voltadas para objetivos comuns. Além disso, o cooperativismo defende a reforma pacífica e gradual da coletividade e a solução dos problemas comuns através da união, auxílio mútuo e integração entre as pessoas. Busca a correção de desníveis e injustiças sociais com a repartição equitativa e harmoniosa de bens e valores.

A participação dos associados é o principal fator de eficiência empresarial nas cooperativas. É em função dos associados que a Cooperativa existe, pois, caso ela deixe de cumprir seu papel de representante de seus associados, ela perde a razão de ser. Essa participação exige uma educação cooperativa, voltada para a conscientização política e social, para a transparência na gestão e para a organização do quadro social.

Acima de tudo as empresas cooperativas devem ser competitivas e atraentes para seus associados. A garantia de que a competitividade seja alcançada pressupõe que algumas dificuldades sejam conhecidas e deixadas para trás, sejam elas: a baixa acumulação de capital, o investimento em tecnologia e a competitividade de seus produtos por meio de ganhos de escala e



qualidade.

O Curso Técnico em Cooperativismo proposto pelo IFRR/Campus Amajari será estruturado em três módulos, começando por componentes curriculares mais básicos, evoluindo para um aprendizado mais específico de gestão na área de cooperativas. Essa estrutura foi planejada com o intuito de preparar profissionais para o campo interdisciplinar da Gestão de Cooperativas. Para a obtenção do certificado de Técnico, o estudante terá que concluir, com aprovação, todos os componentes curriculares propostos para o curso, em sua integralidade. O profissional diplomado terá, entre outros, subsídios para entender a importância da visão e do raciocínio estratégico a serem aplicados às gestões de cooperativas; realizar atividades de planejamento, operação, controle e avaliação dos processos organizacionais; criar, inovar e promover a produtividade e qualidade das cooperativas e da sociedade na qual está inserido.

Também se devem destacar os dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que demonstram um aumento significativo no número de associados e de funcionários de cooperativas. Esse aumento decorre do crescimento da atividade econômica e conseqüentemente surge uma maior demanda por qualificação técnica em cooperativas. Diante disso, a criação do Curso Técnico em Cooperativismo no IFRR Campus Amajari, modalidade EaD, justifica-se para responder à demanda por futuros técnicos em Cooperativismo em regiões onde ainda não há a oferta de cursos públicos, bem como proporcionar aos estudantes que já tenham concluído o Ensino Médio a possibilidade de ter uma profissão requisitada no mundo do trabalho.

Em 2014, quando foram apresentados os cursos a serem ofertados, houve demanda nos seguintes polos pelo Curso Técnico em Cooperativismo: nos municípios de Normandia – Comunidades; Araçá da Serra, Xumina e Raposa –, Amajari e Uiramutã, ou seja, cinco polos solicitaram o curso baseados nas demandas que têm a respeito de áreas de conhecimento.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

O Curso Técnico em Cooperativismo tem como objetivo formar profissionais técnicos de nível médio, para atuar em gestão de cooperativas de qualquer natureza, de forma que estejam aptos a desenvolver e inovar atividades empresariais atinentes ao sistema cooperativo bem como a aplicar os princípios e valores do Cooperativismo.



4.2 Objetivos específicos

- Capacitar o estudante para o planejamento e a execução dos processos cooperativos em seus diversos segmentos;
- Desenvolver habilidades e competências para gestão de processos de produção de bens e serviços;
- Desenvolver a capacidade empreendedora, notadamente em ações voltadas ao cooperativismo, orientando a elaboração e desenvolvimento de projetos em comunidades rurais e urbanas;
- Desenvolver habilidades para exercer atividades como auxiliar de gestão em cooperativas, na formação e no desenvolvimento de cooperativas, e para atuar na gestão de contratos, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista, prestando assistência e serviços em cooperativas.

5 REQUISITOS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA

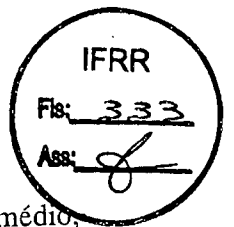
O acesso ao Curso Técnico em Cooperativismo Subsequente ao Ensino Médio, na modalidade à distância, é destinado aos portadores do certificado de conclusão do Ensino Médio, ou equivalente, de acordo com legislação vigente. Poderá ser realizado mediante processo seletivo, aberto ao público. O ingresso se dará mediante processo seletivo, cujas normas serão estabelecidas em Edital publicado no sitio da instituição e, respeitando as Leis nº 9.394/1996 e nº 12.711/ 2012.

O Curso Técnico em Cooperativismo, na modalidade a distância, será ofertado em edição única, podendo ser ofertado posteriormente caso haja demanda.

A aprovação no Processo Seletivo, regido por Edital dará ao candidato o direito de ingressar no primeiro semestre letivo, do Curso Técnico em Cooperativismo na modalidade à distância. O ingresso às atividades das etapas subsequentes será possível ao estudante que tiver obtido aproveitamento conforme normas do IFRR.

No caso de transferência, atender as normas que regulamentam o ensino do IFRR.

Como meios para promover a permanência dos discentes no curso, a instituição disponibilizará acompanhamento e atendimento nas áreas pedagógica, social, de saúde, cultural e esportiva.



6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do Curso Técnico em Cooperativismo é um profissional de nível médio, comprometido com o desenvolvimento social, econômico e pessoal, estando qualificado a compreender o papel social das cooperativas, a desenvolver e a incentivar as diferentes atividades referentes ao associativismo, respeitando valores éticos, morais, culturais, sociais e ambientais.

6.1 Competências Específicas da Área Profissional

Além das competências já especificadas, também serão propiciadas ao discente, condições para aquisição de competências que lhe permitam:

- Conhecer os fundamentos da Administração, compreendendo o ambiente de atuação das organizações, bem como os processos organizacionais utilizados para a gestão;
- Executar, controlar e avaliar as atividades do ciclo financeiro, contábil e do patrimônio mediante uso e interpretação das demonstrações contábeis e financeiras;
- Conceituar cooperativismo e associativismo, conhecendo seus princípios, formas, correntes, origem e inserções na sociedade;
- Conhecer a legislação cooperativista e suas implicações na tomada de decisão em relação à gestão de cooperativas;
- Selecionar e utilizar estratégias para identificação e avaliação dos diferentes custos referentes aos processos organizacionais, em especial das cooperativas;
- Analisar as condições sociais e econômicas e desenvolver estratégias para a constituição de cooperativas;
- Aplicar as operações da matemática financeira em atividades do ciclo financeiro, tributário, contábil, dos recursos humanos, materiais, da produção, dos seguros e do patrimônio das cooperativas;
- Compreender os fundamentos do *marketing* como filosofia organizacional e aplicar esses conceitos na análise de mercado;
- Gerar propostas de organização social e grupos específicos a partir da educação cooperativista;
- Planejar, executar e controlar as políticas de *marketing* relativas a produto ou serviço, preço, distribuição e comunicação em organizações cooperativas;
- Compreender os aspectos comportamentais de pessoas em organizações, aplicando-os na gestão de cooperativas;
- Administrar as disponibilidades, os recebíveis, os estoques e as fontes de financiamento das organizações, em especial das cooperativas;
- Identificar e solucionar problemas relacionados à atualidade na gestão de cooperativas;
- Conhecer os problemas, as perspectivas e as tendências do cooperativismo frente aos desafios da atualidade, relacionando as experiências concretas com o mundo cooperativo;



- Dominar estratégias para desenvolver o espírito empreendedor tanto no momento de formação de associações cooperativas, como na gestão daquelas que estão em funcionamento;
- Identificar as tendências filosóficas no associativismo mundial e no Brasil e suas repercussões;
- Demonstrar, adquirir e articular experiências profissionais relativas à gestão de cooperativas.

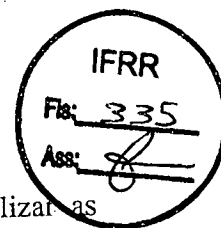
6.2 Área de atuação do Egresso

O Técnico em Cooperativismo deverá ocupar um nicho de mercado que passa a exigir, cada vez mais, a qualificação profissional para atuação nas instituições Cooperativas, entendendo os mecanismos de gestão, compreendendo as técnicas e processos. Com possibilidades de atuação em cooperativas, consultorias, instituições públicas, privadas e do terceiro setor. (CNCT, p. 50)

No estado de Roraima dois ramos do cooperativismo merecem destaque: Ramo Transporte: organizado através de cooperativas de transporte de cargas e escolar, táxi e transporte de cargas internacionais; e o Ramo Agropecuário: que é organizado por intermédio de pequenas cooperativas, como tem no Sul do Estado, onde os egressos do Curso de Cooperativismo poderão atuar. No entanto, vale salientar que Roraima dispõe de potencial para criação de cooperativas nos outros onze ramos de economia existentes.

De acordo com CARVALHO, 2014 as cooperativas e associações do Estado poderão ser beneficiadas desses conhecimentos, potencializando suas ações na perspectiva de novos cenários. Também pode-se estimular a geração de novas lideranças cooperativas e associativas por intermédio de ações voltadas para os jovens estudantes.

O cooperativismo tem se consolidado como fonte de renda e inserção social a um universo cada vez maior de pessoas. Os indicadores do Sistema OCB confirmam essa tendência. Em 2011, o total de associados às cooperativas ligadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) passou dos 10 milhões, registrando um crescimento de 11% em relação ao ano anterior, quando foram contabilizados cerca de 9 milhões. Seguindo essa mesma linha, também foi observado crescimento no quadro de empregados, que fechou o último período em 296 mil, 9,3% a mais do que em 2010. Os dados fazem parte de um estudo da Gerência de Monitoramento e Desenvolvimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Em 2011, o número de cooperativas registradas, segundo a OCB(2014), ficou em 6.586.



6.3 Acompanhamento do Egresso

A política de egressos do IFRR estará calcada na possibilidade de potencializar as competências e as habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional. A Instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

As atividades do setor que trabalhará com esse acompanhamento possibilitarão a avaliação contínua da Instituição, considerando inclusive o desempenho profissional dos ex-alunos, oportunizando adicionalmente, a participação dos mesmos em outras atividades oferecidas pela IFRR. Sendo os objetivos específicos do setor de acompanhamento de egressos:

- a) manter os registros atualizados de alunos egressos;
- b) avaliar o desempenho da instituição, através da pesquisa de satisfação do formando e do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- c) promover o intercâmbio entre ex-alunos;
- d) promover encontros, cursos de extensão, e palestras direcionadas a profissionais formados pela Instituição;
- e) condecorar os egressos que se destacam nas atividades profissionais;
- f) divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Técnico em Cooperativismo, ofertado pelo Campus Amajari, tem organização curricular modular, dividido em 3 (três) módulos semestrais, que correspondem a 18 meses, com um total de 1.200 horas de atividades acadêmicas.

7.1 Estrutura Curricular

A Proposta Curricular está centrada no desenvolvimento do sujeito nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e sociocultural, oportunizando a construção de sua autonomia, criticidade, criatividade e empreendedorismo, a partir da interação entre teoria e prática.

O Curso Técnico em Cooperativismo, subsequente na modalidade a distância (EaD) apresenta uma organização curricular distribuída em 3 (três) módulos (20 componentes curriculares), sendo que cada módulo correspondente a 1 (um) semestre letivo, contemplando os componentes curriculares agrupados de forma a possibilitar a construção do conhecimento, em



nível de complexidade gradativa.

As aulas presenciais serão realizadas no respectivo polo de matrícula do estudante respeitando o disposto em legislação (mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina presencial).

O curso será fundamentado na articulação teoria-prática e no trabalho como princípio educativo, ou seja, na perspectiva de que as atividades de ensino possam ser planejadas e executadas, garantindo ao educando o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional.

O Curso contempla carga horária destinada às atividades teóricas e também às práticas, para que o educando tenha a oportunidade de refletir sobre a natureza do trabalho, suas peculiaridades, importância e interação social.

O discente será considerado aprovado quando tiver atingido 70% de aproveitamento e 75% de frequência nas atividades presenciais. O estudante só poderá ingressar no módulo seguinte após a conclusão de todos os componentes curriculares referentes ao semestre anterior, obrigatoriamente no período de oferta.

O sistema de avaliação do estudante respeitará as normas existentes na legislação vigente do Instituto Federal de Roraima.

Aos estudantes com aprovação em todos os componentes curriculares previstos no currículo do curso será conferido o Diploma com o título de Técnico em Cooperativismo, no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, de acordo com a Lei 9.394/96, Parecer CNE/CEB nº 11/2012, Resolução CNE/CEB 06/2012, Decreto Federal Nº 5154/2004, Parecer CNE/CEB Nº 11/2008, Resolução CNE/CEB 03/2008 e Portaria do MEC nº 870/2008.

A presente proposta do *Campus Amajari/IFRR* expressa à intenção de formar Técnicos em Cooperativismo, que atendam às demandas e aos arranjos produtivos locais, visando à inserção no mundo do trabalho.

A tabela abaixo apresenta os componentes curriculares que serão desenvolvidos e suas respectivas cargas horárias.

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo

ÁREA	COMPONENTES CURRICULARES	MÓDULOS			TOTAL
		I	II	III	
NÚCLEO PROFISSIONAL	Construção e Desenvolvimento de Cooperativas	60			60h
	Contabilidade e Custos		60		60h
	Educação Cooperativista		60		60h
	Elaboração e Análise de Projetos			60	60h
	Empreendedorismo			30	30h
	Gestão de Marketing em Cooperativas			60	60h
	Gestão de Pessoas	60			60h
	Gestão Estratégica em Cooperativas			60	60h
	Governança Cooperativa			60	60h
	Introdução à Administração	45			45h
	Introdução ao Agronegócio	60			60h
	Introdução ao Cooperativismo	45			45h
	Legislação Cooperativista		60		60h
	Legislação Indigenista		45		45h
	Leitura e Produção de Textos Empresariais	45			45h
	Matemática Financeira	60			60h
	Metodologia Científica	60			60h
	Metodologia Participativa			75	75h
	Responsabilidade Social		60		60h
	Saúde e Segurança do Trabalho		45		45h
Sociologia do Trabalho		45		45h	
Sistemas de Informações Gerenciais	45			45h	
Total de Horas por Semestre	360h	375h	315h		
Total de Disciplinas por Semestre	8	7	7		
Carga Horária Total do Curso				1200h	

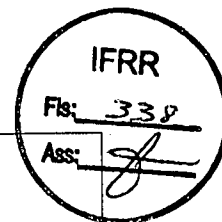
7.3 Ementário

CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS- Módulo I- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Oferecer condições ao educando para analisar as condições psicossociais que influenciam no sucesso ou fracasso das cooperativas;

Compreender os efeitos das estratégias de intervenção educativas e tutorial na constituição das cooperativas, bem como, compreender a importância da coesão grupal e da participação no cooperativismo; compreender e aplicar estratégia de Organização do Quadro Social como mecanismo estimulador da coesão e da participação nas cooperativas; Compreender e executar



os procedimentos formais para a constituição de cooperativas.

Bases científico-tecnológicas

Pré-condições psicossociais para o êxito do empreendimento cooperativo; Estratégias de intervenção: Tutorial e Participativa; Incubadora Tecnológica de Cooperativas; Participação nas cooperativas; Organização do Quadro Social – OQS; Componentes da constituição formal da cooperativa; Ordenamento interno da cooperativa: estatuto social, capital social, associados e órgãos sociais.

Bibliografia básica

ALBUQUERQUE, F. J. B. ; MASCARENO, R. M. P. **Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo**. Psicologia e sociedade (impresso), V. 1, P. 41-61, 2001.

ALENCAR, E. **Formas de intervenção e associações comunitárias**. Revista Brasileira de Administração Contemporânea, ANPAD, Rio de Janeiro, V. 1, N.10, P. 97-113, 1995.

CRÚZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

Bibliografia complementar

BRASIL. Lei 5764/71, de 16 de dezembro de 1971. **Base da Legislação Federal do Brasil**, Brasília, DF. 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 20 jan 2014.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; COELHO, F. M. G.; Dias, M. M. Implicações da Constituição de Organização Formais Para o Acesso a Políticas Públicas. **Revista Isegoria - Ação Coletiva em Revista**, v. 01, p. 82-99, 2011.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; PEDRA, M. de S. . Participação na Gestão de Cooperativas: a Estratégia de Organização do Quadro Social (OQS). **Em Extensão (UFU. Impresso)**, v. 10, p. 90-99, 2011.

LOPES, F. A. M.; AMÂNCIO, R.; ALENCAR, E. Participação libertadora, CEBS e comunidades camponesas em Montes Claros - MG. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 7, p. 82-92, 2005.

LORENTZ, C. N.; GOULART, I. B. . Cultura da Cooperação uma abordagem psicossocial em uma cooperativa de trabalho. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 7, p. 93-113, 2006.

POLONIO, W. A. **Manual das sociedades cooperativas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 496p.

GESTÃO DE PESSOAS – Módulo I- 60 horas/aula**Competências e Habilidades**

Ao final da disciplina, o estudante deverá ter condições de aplicar os aspectos técnicos e compreender os aspectos comportamentais relativos à gestão de pessoas em sociedades cooperativas.

Bases científico-tecnológicas

A gestão de pessoas nas organizações; Evolução e desafios da gestão de pessoas nas organizações; O papel da gestão de pessoas em processos de mudanças; O planejamento estratégico e a gestão de pessoas; Suprimento de pessoal; Análise e descrição do cargo; O processo de recrutamento e seleção; Planejamento e previsão da força de trabalho; Recrutamento de candidatos; Seleção de pessoal; Ambientação e integração; Treinamento e desenvolvimento de pessoas; O processo de treinamento e desenvolvimento; Técnicas de treinamento e desenvolvimento; Avaliação do esforço de treinamento e desenvolvimento; Avaliação de desempenho; Subjetividade, instrumentos e regra; Métodos e processos de avaliação; Aplicação dos resultados; Remuneração; O que determina o que o trabalhador recebe; Como os empregadores determinam a remuneração: cargos e salários; Tendências atuais em remuneração; Planos de incentivo; Benefícios; Administração das relações com o funcionário; Relações trabalhistas e negociação coletiva; Saúde e segurança dos funcionários: problemas e soluções; Comportamento organizacional; O comportamento das pessoas nas organizações; Liderança; Comunicação; Motivação; Equipes.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de empresas: uma abordagem contingencial. São Paulo, Makron Books, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: Teoria, processo e prática. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1985.

MONTANA, P. J. e CHARNOV, B. H. Administração. São Paulo, Saraiva, 1998.

ROBBINS, Stephen P. Administração: Mudanças e perspectivas. S. Paulo, Saraiva, 2000.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de; LEITE, Nildes Pitombo. Gestão estratégica de pessoas: conceito, evolução e visão. In: ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de; LEITE, Nildes Pitombo

(Org.). Gestão de Pessoas: perspectivas estratégicas. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. Comportamento Organizacional: Conceitos e Práticas. São Paulo: Saraiva, 2005.

FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.

ROBBINS, S.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. - Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

WAGNER III, John A. e HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 1999.

INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO - Módulo I- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

Proporcionar ao acadêmico, condições de conhecer os fundamentos da administração, suas teorias e os seus processos organizacionais utilizados para a gestão das cooperativas.

Bases científico-tecnológicas

Fundamentação teórica da administração; Conceitos de administração; Concepções em administração; Teorias organizacionais; Abordagem clássica; Abordagem estruturalista; Abordagem humanista; Abordagem comportamental; Abordagem sistêmica; Abordagem contingencial; As organizações; Conceituação e caracterização; Classificação; Ambiente organizacional; Ambiente externo; Ambiente interno; Processo administrativo; Planejamento ;Organização; Direção; Controle.

Bibliografia básica

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração: construindo a vantagem competitiva.** São Paulo: Atlas, 2000.

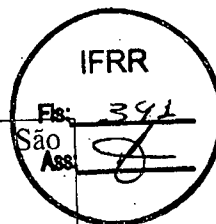
CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática.** São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 2000.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

MORGAN, G. **Imagens da organização.** São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar

KWASNICKA, E. L. **Introdução à administração.** São Paulo, Atlas, 2000.



LONGENECKER, J. G. Introdução à administração: uma abordagem comportamental. Paulo, Atlas, 1999.

MEGGINSON, L. C. Administração: conceitos e aplicações. São Paulo: Harbra, 1986.

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1998.

ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo, Saraiva, 2000.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. Administração. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2003.

ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo, Saraiva, 2000.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. Administração. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2003.

INTRODUÇÃO AO AGRONEGÓCIO-Módulo I- 60 horas/aula

Competências e habilidades

Oferecer aos discentes conhecimentos práticos e teóricos sobre o agronegócio, desenvolvendo o interesse pelo tema e as especialidades da área. Estimular o raciocínio, o hábito de leitura, estudo do assunto e sua correlação com o cooperativismo.

Ementa: A economia brasileira no início do século XVI até hoje; A Primeira Grande Guerra Mundial e a industrialização do trabalho; A grande depressão no período entre Guerras; Segunda Guerra Mundial e seus reflexos; Populismo; A Inflação; O milagre econômico; Os pacotes econômicos realizados até os dias atuais; Produção de alimentos, técnicas agrônômicas, sistemas de produção; Industrialização e comercialização; Linhas de pesquisa em fitotecnia, manejo e conservação do solo e da água, biotecnologia; Mercado de trabalho para profissionais da área; Cooperativismo e associativismo; Programação do curso com integração regional.

Bibliografia básica:

ALVARENGA, O. M. Agricultura brasileira : realidade e mitos. Rio de Janeiro: Revan, 1999. 149p.

CAPDEVILLE, G. O ensino superior agrícola no Brasil. Viçosa/MG: Imprensa Universitária. 1991. 184p.

FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura : agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 2. ed. Viçosa/MG: Editora UFV, 2003. 412p.

MANUAL de gerenciamento integrado. Lixo Municipal. São Paulo: IPT,1997.
PONS, M.A. **História da Agricultura**. Caxias do Sul: Maneco Editora, 1999. 240p.
PRIMAVESI, A. **Agroecologia, ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel,1997.
RUEGG, E. F. et al. **Impacto dos agrotóxicos sobre o ambiente, a saúde e a sociedade**. 2.ed.
São Paulo: Ícone. 1991. 96p.

INTRODUÇÃO AO COOPERATIVISMO-Módulo I -45 Horas/aula

Competências e Habilidades

Proporcionar aos cursistas conhecimentos básicos sobre a gestão de empreendimentos cooperativos; visualizar questões legais, sociais, econômicas e políticas de cooperativas, contemplando aspectos regionais; Buscar estratégias competitivas de gestão através do cooperativismo.

Bases científico-tecnológicas

Aspectos conceituais da organização cooperativista; História do cooperativismo; Princípios e valores do cooperativismo; A doutrina Cooperativista; Diferenças entre Associação e Cooperativa; Tipos de cooperativa e seus tipos de gestão; Aspectos Legais, construção estatutária, composição de quadros sociais; O papel das cooperativas no desenvolvimento regional; O perfil do administrador de cooperativas em um contexto contemporâneo; Aspectos econômicos, ambientais, humanos na gestão de cooperativas e sua sustentabilidade; Desafios do cooperativismo; Tendências do cooperativismo contemporâneo

Bibliografia básica

ARANTES, N. **Sistemas de gestão empresarial: conceitos permanentes na administração de empresas válidas**. São Paulo: Atlas, 1994. 439 p.

_____. **El cooperativismo agrícola y rural en la region de America Latina y el Caribe**. Roma: FAO, 1994. 97p.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo**. Porto Alegre: RS.1980. p. 284;

CLASEN-LOEPRICK, B., HARMS, B. et. al. **Manual for training of trainers in co-operative (membership) development**. Roma: FAO, 1997.

Bibliografia complementar

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

- ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- CARBONELL DE MASY, R. **Moderna administração de empresas cooperativas agrárias**. Porto Alegre: FDRH, 1979. 297 p.
- CHIAVENTO, I. **Teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1993. 818 p. v. 2.
- GAWLAK, Albino; RATZKE, Fabianne Allage y. **Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor**. 2. ed. Curitiba – PR: Ocepar. 2001. p. 60;
- GITMAN, Lawrence J. **Administração financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.
- HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- PERIUS, V. F. **Cooperativas de trabalho**; manual de organização. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 32, n. 97, 223 p., 1997. (Série Cooperativismo 41).
- ZDANOWICZ, José Eduardo. **Manual de finanças para cooperativas e demais sociedades**. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2007.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EMPRESARIAIS -Módulo I- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

Proporcionar conhecimento suficiente para que se possa produzir textos técnicos e não-técnicos com respeito às normas existentes para a produção dos mesmos; reconhecer os diferentes tipos de documentos, utilizar as técnicas de sublinhar o texto e de identificar palavras-chave e/ou ideias-chave; identificar diferentes tipos de documentos: abaixo-assinado, apostila, ata, atestado, portaria, aviso, carta comercial, carta oficial, circular, comunicado, contrato, curriculum vitae, declaração, edital, exposição de motivos, fax, e-mail, ficha de registro de reunião, informação, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, procuração, requerimento; relatório. Utilizar as técnicas de redação de documentos empresariais e oficiais; redigir documentos.

Bases científico-tecnológicas

Leitura; Técnicas de leitura; Prática de leitura; Técnica de sublinhar; Palavras-chave; Ideia-chave; Esquema; Resumo; Documentos empresariais e oficiais; Ofício; Ata; Memorando; Convite e outros.

Bibliografia básica

ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica: brincando com a gramática. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore V. Ler e Compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. 16a ed. São Paulo: Ática, 2000.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: Leitura e redação. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia complementar

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: Vozes, 2010.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2000.

GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 17.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 522p.

PEREIRA, Gil Carlos. A palavra: expressão e criatividade, estudo e produção de textos. São Paulo: Moderna, 1997.

MATEMÁTICA FINANCEIRA- Módulo I- 60 horas/aula**Competências e Habilidade**

Determinar os elementos envolvidos em operações matemática nas áreas comerciais em operações financeiras de juros e descontos, a fim de aplicar em situações práticas.

Bases científico-tecnológicas

Razão e proporção; Números proporcionais; Divisão proporcional e a regra de três simples e composta; Operações com mercadorias; Preço de custo e preço de venda; Lucro/Prejuízo sobre o preço de custo e sobre o preço de venda; Aumentos e descontos sucessivos; Moeda, correção monetária e operações cambiais; Juros simples; Juros compostos; Operações de desconto.

Bibliografia básica

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática financeira com HP 12c e Excel. 5 ed. São

Paulo: Atlas, 2008.

PARENTE, Eduardo; CARIBÉ, Roberto. **Matemática comercial e financeira**. São Paulo: FTD, 1998.

VERAS, Lilia. Ladeira. **Matemática Financeira**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia complementar

ASSAF NETO, **Matemática financeira e suas aplicações**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CRESPO, Antonio Arnot. **Matemática financeira e comercial fácil**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. **Matemática Financeira**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA - Módulo I- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Conhecer e correlacionar os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes na produção do conhecimento científico. Compreender as diversas fases de elaboração e desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Elaborar e desenvolver pesquisas e trabalhos científicos obedecendo às orientações e normas vigentes nas Instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil e na Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Bases científico-tecnológicas

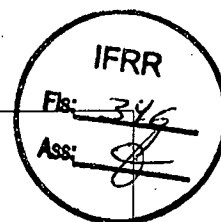
Métodos de Estudo; Processo de Produção do Conhecimento; Definições e diferenciações básicas dos tipos de trabalhos científicos; Estrutura do Trabalho Científico; Apresentação gráfica geral do texto científico; Tipos de pesquisa; Pesquisa aplicada; Etapas da pesquisa (planejamento, execução, relatório final e divulgação). Elaboração de projeto de pesquisa do curso; Elaboração de artigos científicos na área das ciências biológicas; Publicações Científicas.

Bibliografia básica

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 14. ed. São Paulo: Cortez /



Autores Associados, 1986.

Bibliografia complementar

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas Técnicas para elaboração de trabalhos científicos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS- Módulo I- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

Compreender os elementos essenciais dos diferentes tipos de sistemas de informação, seus benefícios potenciais e fatores limitantes de acordo com as diversas realidades organizacionais para as quais tais sistemas devem servir. Capacitar o aluno a realizar escolhas sobre a adoção de um sistema de informações gerenciais que tenha um desempenho eficaz dentro da realidade da empresa.

Bases científico-tecnológicas

Fundamentos dos Sistemas de Informação nas Empresas; Tecnologia e sistemas de informação; Conceitos e definições de sistemas de informações; Classificação dos sistemas de informação; Componentes e Recursos de um sistema de informação; Atividades dos sistemas de informação; A Empresa e os Sistemas de Informação; Componentes da empresa; Utilização de sistemas de informação em uma empresa; Exemplos de sistemas empresariais de informação; Sistemas de Informação: dimensão tecnologia; Hardware; Software; Telecomunicações e Redes; Internet; Aplicações de Sistemas de Informações; Sistemas empresariais básicos; Sistemas de e-business; Sistemas de e-commerce; Sistemas de apoio às decisões.

Bibliografia Básica

LAUDON, K. C. **Sistemas de Informação gerenciais**. Rio de Janeiro: Pearson, 2004.

O'BRIEN, J. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2004.

O'BRIEN, J. ; MARACAS, G. M. **Administração de sistemas de informação**. 15. ed. McGraw Hill, 2013.

TURBAN, E.; McLEAN. E.; WETHERBE. J. **Tecnologia da informação para gestão: transformando os negócios na economia digital**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.



Bibliografia Complementar

- BIO, S. R. **Sistemas de informação: Um Enfoque Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1998.
- CASSARO, A. C.S. **Sistemas de Informações para Tomada de Decisões**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- CRUZ, T. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologia da informação e a empresa do século XXI**. São Paulo: Atlas, 2000.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.
- POLLONI, E. G. F. **Administrando Sistemas de Informação**. São Paulo: Futura, 2000.
- ROSSINI, Alessandro M. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. São Paulo: Thomson, 2002
- SANTOS, A.A. **Informática na Empresa**. São Paulo: Atlas, 2003.

CONTABILIDADE E CUSTOS- Módulo II- 60 horas/ aulas

Competências e Habilidades

Proporcionar ao estudante uma visão sobre a função da Contabilidade, campo de aplicação e usuários. Posicionar o educando no ambiente contábil, fortalecendo os conceitos sobre a representação contábil na empresa, os relatórios contábeis e a contabilidade como instrumento de gestão empresarial.

Proporcionar conceitos básicos relativos a gestão dos custos empresariais, sensibilizando-os para a importância estratégica desta área e oportunizar o desenvolvimento das habilidades fundamentais de cálculo de custos como suporte para o processo decisório nas organizações.

Bases científico-tecnológicas

Origem e Conceitos da contabilidade; Breve histórico; Conceitos iniciais; Formação do patrimônio inicial; Ativo e Passivo; Elementos e Variações do patrimônio; Elementos do patrimônio; Equação Patrimonial; Variações patrimoniais; Patrimônio Líquido; Conceito e classificação de contas; Contas; Débito e Crédito; Contas patrimoniais; Contas de resultado; Planificação Contábil; Escrituração contábil; Método das Partidas Dobradas; Mecanismos de Débito e Crédito; Lançamentos Contábeis; Razonetes; Balanço patrimonial; Balancete de verificação; Localização dos grupos; Elaboração do Balanço Patrimonial; Encerramento do exercício; Roteiro de Encerramento do Exercício; Apuração e Contabilização de Lucro Bruto;



Apuração e Contabilização das Provisões; Principais conceitos de custos; Relação Custo/Benefício; Principais Conceitos em Custos; Classificação dos Custos; Formação de preço de venda; Operações com Mercadorias; Impostos Recuperáveis e Não Recuperáveis; Formação do Preço de Venda.

Bibliografia Básica

FEA/USP. Contabilidade Introdutória. Livro-texto. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. Introdução à Contabilidade: com abordagem para não contadores. São Paulo: Thonson, 2006.

VASCONCELOS, R. Contabilidade gerencial: livro-texto com exemplos, estudos de caso e atividades práticas. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar

ADRIANO, S. Contabilidade geral 3D. São Paulo: Método, 2012.

ALMEIDA, M. C. Manual prático de interpretação contábil da lei societária. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CRCRS. Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. Vol. 1, 2 e 3. Porto Alegre, 2013.

MARION, J. C. Contabilidade empresarial. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. Introdução à contabilidade gerencial. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

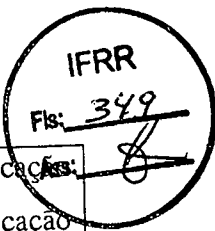
PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. Contabilidade avançada: texto e testes com as respostas. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade geral fácil. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA- Módulo II- 60 horas/aulas

Competências e Habilidades

Compreender o 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação. Compreender as concepções bancária e libertadora da educação. Compreender a dialogicidade como a essência da educação libertadora. Compreender a diferença entre educação e capacitação cooperativa,



bem como suas aplicações. Compreender o papel do SESSCOOP no campo da educação cooperativa. Compreender a Organização do Quadro Social como uma ferramenta de educação cooperativa.

Bases científico-tecnológicas

O 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação; A concepção bancária da educação como instrumento de opressão; A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade; A teoria da ação antidialógica; Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação; O SESSCOOP e a criação do campo da educação cooperativa; Organização do Quadro Social de Cooperativas.

Bibliografia básica

- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011. 256p.
SCHNEIDER, J. O. (Org.). A Educação cooperativa e suas práticas. 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003. v. 1. 256p.
SCHNEIDER, J. O. SILVA, A. C. M. ; HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho. 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2010. v. 1. 132p.

Bibliografia complementar

- FERRINHO, H. Educação cooperativa. Lisboa Livraria Popular. Francisco Franco, 1985
FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 34 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011. 192p.
IRION, João E. Cooperativismo e economia social. São Paulo: Editora STS, 1997. 343p.
SCHNEIDER, J. O. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 496p.
VALADARES, J. H. A organização do quadro social nas cooperativas mineiras. Belo Horizonte, MG: OCEMG, 1996. 85p.

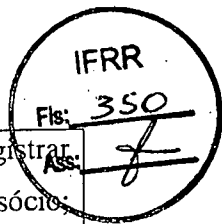
LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA- Módulo II- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Permitir ao estudante saber regras, leis e normas sobre a constituição e funcionamento de cooperativas e associações bem como a responsabilidade das partes.

Bases científico-tecnológicas

Noções e conceitos de Direito Cooperativo; Regras sobre funcionamento de Cooperativas e



Associações no Brasil; A Legislação Cooperativista; Necessidades legais para criar e registrar uma cooperativa ou associação; O direito e o dever da cooperativa; O direito e o dever do sócio; O poder e a responsabilidade do dirigente; O Estatuto; O Regimento Interno; As instâncias de decisão; A relação da cooperativa com os demais segundo a legislação; O direito de cooperativas no Brasil; Aspectos atuais e tendências em direito e legislação de cooperativas e de associações.

Bibliografia básica

BORBA, J. E. T. **Direito Societário**, 8. ed. São Paulo: Renovar, 2003.
CAMPINHO, S. **O Direito da Empresa**, 2. ed. São Paulo: Renovar, 2003.
CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
FERRARI, I. **Cooperativas de trabalho: exigência legal**. São Paulo: LTr, 1999.
REQUIÃO, R. **Curso de Direito Comercial**, 1º v., 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia complementar

BOETTCHER, E. **Cooperativismo e competição: a experiência das cooperativas no capitalismo alemão**. Porto Alegre, Coojornal, 1978.
CEOLIN, A. C. S. **Abuso na Aplicação da Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica**, Belo Horizonte, Del Rey, 2002.
COELHO, F. U. **Curso de Direito Comercial**, 1º volume, 6ª e 2º volume, 5ª Edição, São Paulo, Saraiva, 2002.
INCRA. **Legislação cooperativista: índice alfabético e remissiva**. Brasília: 1973.
_____. **Lei cooperativa: N. 5764 de 16/12/71/ INCRA**. Brasília : INCRA, 1972. .
NORONHA, A. V. *et al.* **Cooperativismo: Curso ministrado nas Faculdades Integradas de Guarulhos**. Guarulhos, Faculdades Integradas, 1976.
OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.
PINHO, D. **Manual de Gestão das cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2003.
RAMBO, A. B. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. Sao Leopoldo, Editora Unisinos, 1988.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA- Módulo II- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

Debater a respeito das principais legislações indigenistas, abordando as principais questões

relacionadas ao usufruto das terras indígenas e a utilização dos recursos naturais; conhecer os conceitos básicos da legislação indigenista; propiciar o conhecimento sobre a legislação ambiental; Realizar procedimentos práticos, a partir dos conceitos apreendidos.

Bases científico- tecnológicas

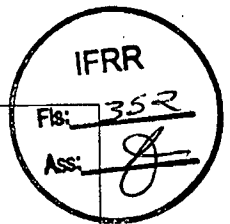
A proteção jurídica aos povos indígenas: usufruto e recursos naturais no âmbito da Constituição Federal de 1988; Estatuto do Índio - Lei no 6.001/73; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT; Proteção ao meio ambiente, a cultura, ao território e ao conhecimento tradicional: Lei 9.605/98; Resolução CONAMA nº 237/97; Lei nº 6.938/81; Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; Portaria IBAMA nº 117/1997; Lei nº 12.651/12; Lei nº 12.727/12; Decreto nº 2.519/98; Decreto nº 3.108/99; Decreto nº 6.040/07; Resolução CONDRAF nº 44/04

Bibliografia básica

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (org.). Coletânea da legislação indigenista brasileira. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011.1 v;
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm;
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12727.htm; www.ibama.gov.br

Bibliografia complementar

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de & BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). Além da Tutela: Bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002; ANDERSON, Anthony & CLAY, Jason (Org.). Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis. São Paulo: Editora Peirópolis. Brasília, IIEB. 2002; RIOS, Aurélio Virgílio Veiga & IRIGAY, Carlos Teodoro Huguene (org.). O direito e o desenvolvimento sustentável: curso de direito ambiental. São Paulo: Editora Peirópolis. Brasília, IIEB. 2005.



RESPONSABILIDADE SOCIAL- Módulo II- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Conhecer e compreender os conceitos da responsabilidade social através da contextualização para aplicar na vida pessoal e disseminar através de ações em uma organização cooperativa. Estudar a ABNT NBR 16001 e propor ações a serem implementadas em uma organização cooperativa.

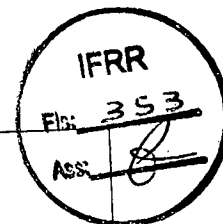
Bases científico-tecnológicas

Histórico da responsabilidade social no mundo contemporâneo e no Brasil; Principais normas e certificações da gestão da responsabilidade social e ambiental: SA 8000, AA1000, ISO 14001, ABNT NBR 16001:2012 e ISO 26.000; ABNT NBR ISO 26000:2010 - Diretrizes sobre responsabilidade social:

- a. conceitos, termos e definições referentes à responsabilidade social;
- b. o histórico, tendências e características da responsabilidade social;
- c. princípios e práticas relativas à responsabilidade social;
- d. os temas centrais e as questões referentes à responsabilidade social;
- e. integração, implementação e promoção de comportamento socialmente responsável em toda a organização e por meio de suas políticas e práticas dentro de sua esfera de influência;
- f. identificação e engajamento de partes interessadas; e
- g. comunicação de compromissos, desempenho e outras informações referentes à responsabilidade social.

ABNT NBR 16001:2012 - Responsabilidade social — Sistema de gestão — Requisitos

- a. Estrutura geral da norma;
 - b. A norma e suas complementações;
 - c.16.002: Sistema de Gestão - Qualificação de Auditores;
 - d.16.003: Responsabilidade Social - Sistema de Gestão - Execução de Auditorias;
- Compromissos da norma:
- a) a responsabilização;
 - b) a transparência;
 - c) o comportamento ético;
 - d) o respeito pelos interesses das partes interessadas;
 - e) o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização;
 - f) o respeito às normas internacionais de comportamento;



- g) o respeito aos direitos humanos; e
- h) a promoção do desenvolvimento sustentável

Bibliografia básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Diretrizes sobre responsabilidade social: NBR ISO 26000**. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2010. 110 p.;

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Responsabilidade social: Sistema de gestão — Requisitos: NBR 16001:2012**. 1. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 48 p.

FISCHER, R. M. **Construindo a cidadania: ações e reflexões sobre empreendedorismo e gestão social**. São Paulo: CEATS, 2005. 340 p.

Bibliografia complementar

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. 4. ed. São Paulo: Gente, 2002. 172 p.

GRAYSON, D. **Compromisso social e gestão empresarial: o que é necessário saber para transformar questões de responsabilidade social em oportunidades de negócios**. São Paulo: Publifolha, 2002. 320 p.

HOLLENDER, J. **Muito além da responsabilidade social: como preparar a próxima geração de líderes e empresas para um mundo sustentável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 336 p.

INSTITUTO ETHOS. **8º Prêmio Ethos de jornalismo: empresas e responsabilidade social**. São Paulo: Instituto Ethos, 2008. 222 p.

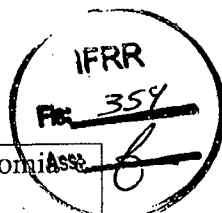
OLIVEIRA, C. M. **Entre tradições e inovações: percepções e práticas de responsabilidade social empresarial**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013. 285 p.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO- Módulo II- 45 horas/aula

Competências e Habilidades

- Conhecer a importância da utilização dos equipamentos de proteção no ambiente laboral.
- Conhecer os riscos de acidentes no ambiente laboral bem como de formas de prevenção a estes acidentes. Conhecer a Legislação referente à garantia da saúde e segurança do trabalhador rural.
- Conhecer noções de primeiros socorros.

Bases Tecnológicas



Utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva. Relações entre Ergonomia e segurança no trabalho. Legislação básica de segurança no trabalho rural. NR 31.

Bibliografia Básica

BARBOSA FILHO, A.N. **Segurança do trabalho e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.214.

FERRARI, M. **Curso de segurança, saúde e higiene no trabalho**. Salvador: JusPodivm, 2010. 400 p.

GONÇALVES, E.A. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: LTR, 2000.

OLIVEIRA, S.G. **Proteção jurídica a segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: LTR, 2002.

PIZA, F.T. **Informações básicas sobre saúde e segurança no trabalho**. São Paulo, 1997.

Bibliografia Complementar

SALIBA, T.M.; PAGANO, S.C.R.S. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. 7ª ed. São Paulo: LTr, 2010, 752 p.

BEBBER, J.C. **Segurança do trabalho & gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 238p.

SOCIOLOGIA DO TRABALHO- Módulo II- 45 horas/aula

Competências/Habilidades

Conhecer as concepções de trabalho; Discutir o sentido do trabalho hoje e em outros tempos; Identificar as mudanças recentes no mundo do trabalho; Analisar a exigência de um novo perfil dos trabalhadores e novas e antigas formas de segmentação e desigualdade na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Bases científico-tecnológicas

Concepções clássicas e contemporâneas da sociologia do trabalho e da divisão social e sexual do trabalho. Formas de organização do trabalho; Trabalho e identidade; trabalho e diferentes formas de capital; perspectivas do trabalho; Processo de trabalho e inovação tecnológica. Organização dos trabalhadores; desigualdades no mercado de trabalho: questões de gênero e étnico-raciais.

Bibliografia básica

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. QUINTANEIRO, Tania. RIVERO, Patrícia. Conhecimento e imaginação: sociologia para o ensino médio. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2012 – (Coleção Práticas docentes, 4). ARAÚJO, Silvia Maria de. Sociologia.1. Ed. São Paulo: Scipione, 2013.

Bibliografia complementar

DURKHEIM È. Da divisão do trabalho social. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
CARDOSO, A.M. A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
HASENBALG, C.; SILVA, N. Valle. Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. HIRATA, H.; SEGNINI, L. Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Senac, 2008. MARX, K. O capital: crítica da economia política. V. 1, Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS- Módulo III- 60 horas/aula**Competências e Habilidades**

Analisar e discutir os fundamentos na elaboração de projetos empresariais, e aplicar técnicas adequadas de análise para avaliar a viabilidade dos empreendimentos.

Bases científico-tecnológicas

Os projetos na visão do planejamento; Definição e tipos de projetos; Roteiro, elaboração e estruturas de projeto; Aspectos Econômicos Mercadológicos; Pesquisa e Descrição da Situação que se encontra o Mercado; Preço praticado pelo mercado; Localização e logística; Escala e tamanho; Aspectos Técnicos; Planta; Fluxograma; Laudos técnicos e licenças; Aspectos Econômico-Financeiros; Orçamento; Previsão de investimentos; Capital de giro; Composição do capital; Financiamento e garantias; Viabilidade econômico-financeira.

Bibliografia básica

CARVALHO, Marly Monteiro de. **Construindo Competências par Gerenciar Projetos: teorias e casos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009
CASAROTTO FILHO, Nelson. **Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio.** São Paulo: Atlas, 2009..



MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos: como transformar ideias em resultados**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

WOILER, Samsão; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos: planejamento, elaboração, análise**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro. **Manual de planejamento estratégico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2003.

SALIM, César Simões et al. **Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

EMPREENDEDORISMO- Módulo III- 30 horas/aula

Competências e Habilidades

Coletar, organizar documentos e informações empreendedoras para adquirir uma postura produtiva; Apropriar-se de comportamentos empreendedores; Investigar e analisar a problemática na qual está inserido, apontando soluções plausíveis; Aplicar técnicas de comunicação na comunidade no empenho de ampliar os conhecimentos adquiridos em sala de aula;

Bases científico-tecnológicas

Definição de empreendedor, suas características, habilidades, necessidades e valores; Paradigmas e modelos mentais relacionados ao empreendedorismo; Perfil, característica e atitudes dos empreendedores; Técnicas de avaliação e desenvolvimento do autoconhecimento; Técnicas de desenvolvimento de criatividade, cooperação, competitivo e confiança; Técnicas de apresentação em público e relacionamento interpessoal; Plano de negócio simplificado.

Bibliografia Básica

DEGEN, Ronald Jean. **O Empreendedor: Empreender como opção de carreira**. Editora Pearson, 2009

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

MARIANO, Sandra. & MAYER Verônica Feder. **Empreendedorismo: Fundamentos e Técnicas para Criatividade**. Editora LTC, 2011, 216p.

Bibliografia Complementar

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. **Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CHURCHILL, G. A.Jr.; PETER, J. P. **Marketing: Criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva, 2000

DRUCKER, Peter F. **Administração em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1995.

PINCHOT III, Gifford. **Intrapreneuring: por que você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor**. São Paulo: Harbra, 1989.

GESTÃO DE MARKETING EM COOPERATIVAS- Módulo III- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Identificar e descrever os elementos que interferem e compõem o mix de marketing nas organizações, conhecer os elementos que influenciam o ambiente das organizações e as características que afetam o comportamento do consumidor e do comprador organizacional e elaborar um plano de marketing a partir da seleção de mercados-alvo, segmentação de mercado e posicionamento estratégico.

Bases científico-tecnológicas

Fundamentos de marketing; Administração de marketing; Mix de marketing: produto, preço, promoção e distribuição; Comportamento do consumidor e do comprador organizacional; Marketing de serviços; Análise ambiental; Tipos de segmentação de mercado; Plano de marketing e suas etapas.

Bibliografia básica

DIAS, S. R. (Coord.). **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.

LAS CASAS, A. **Marketing de serviços**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar

CHASTON, I. **Excelência em marketing**: como gerenciar o processo de marketing buscando um melhor desempenho organizacional. São Paulo: Makron Books, 1992.

CHURCHILL, PETER JR, G. A., J. Paul. **Marketing**: criando valor para os clientes. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

GIULIANI, A. C. **Marketing contemporâneo**: novas práticas de gestão. São Paulo: Saraiva, 2006.

URDAN, F. T.; URDAN, A. T. **Gestão do composto de marketing**. São Paulo: Atlas, 2009.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE COOPERATIVAS- Módulo III- 60 horas/aula**Competências e Habilidades**

Capacitar o estudante para analisar o ambiente organizacional de uma cooperativa, propondo e orientando o planejamento estratégico.

Bases científico-tecnológicas

Planejamento: conceitos, filosofias, natureza e importância; A organização cooperativa e o planejamento como um sistema orgânico; Evolução das escolas do pensamento estratégico; Tipos de planejamento; Planejamento estratégico, tático e operacional; Processo e metodologia de elaboração de planejamentos; Análise ambiental; Definição do negócio; Segmentação de mercado; Missão, visão e valores; Objetivos; Estratégias; Controle e avaliação.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, M. I. R. **Manual de planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2006.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Bibliografia Complementar

- AAKER, D. A. **Administração estratégica de mercado**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ANSOFF, H. I. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.
- CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. São Paulo: Makron Books, 1993.
- LOBATO, D. M. **Administração estratégica**. Rio de Janeiro: Editoração, 2002.
- LORANGE, P.; ROOS, J. **Alianças estratégicas: formação, implementação e evolução**. São Paulo: Atlas, 1996.
- MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo de estratégia**. Porto Alegre: Bookamn, 2001.

GOVERNANÇA COOPERATIVA- Módulo III- 60 horas/aula

Competências e Habilidades

Compreender os fundamentos de Governança e suas implicações práticas em diferentes tipos de organizações, em especial as cooperativas.

Bases científico-tecnológicas

Conceitos, origem e direcionadores da Governança; Estruturação organizacional do Conselho de Administração e da Governança; Teoria da agência: separação de propriedade e controle; Assembleia Geral; Conselho Fiscal; Conselho Técnico; Auditorias.

Bibliografia básica

- OLIVEIRA, D. P. R. **Governança corporativa na prática: integrando acionistas, conselho de administração e diretoria executiva na geração de resultados**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2011
- ROSSETI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 6 ed. Atlas, 2012.
- VENTURA, E. C. F.(coord). **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf

Bibliografia complementar

- MACHADO FILHO, C. A. P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. Ed. Thomson, 2006.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Estrutura organizacional: uma abordagem para resultados e competitividade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014 .
- ZYLBERSZTAJN, D. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas**. Working

paper. FEA/USP – PENSA. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/173901557/1418065403/name/4+estrat%C3%A9gias+para+cooperativas.pdf>

METODOLOGIA PARTICIPATIVA- Módulo III- 75 horas/aula

Competências e Habilidades

Planejar e executar processos de diagnósticos participativos e implementar, metodologicamente, projetos de planejamento com enfoques participativos relacionados aos arranjos produtivos locais (Agricultura, Pecuária, Extrativismo e Artesanato)

Bases científico-tecnológicas

Teorias e métodos: pesquisa teórica, pesquisa etnográfica, estudo de caso, pesquisa participativa, pesquisa-ação e etnometodologia; Conceitos, principais aplicações e ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo, do Diagnóstico Organizacional Participativo e do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo; Fundamentos técnicometodológicos para a elaboração e execução de projetos de educação em metodologias participativas no diagnóstico da cadeia produtiva da Agricultura, Pecuária, Extrativismo e Artesanato.

Bibliografia Básica

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: guia prático/DRP. Brasília: MDA/secretaria da agricultura familiar, 2006. REFERÊNCIAS

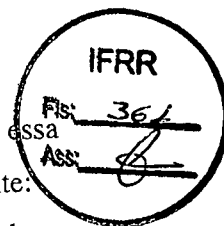
Bibliografia complementar

DE BOEF, W.S., THIJSSSEN M.H. Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes. Um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo de agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen: Wageningen Internacional, 2007.

DE BOEF, W.S. et al Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007. 271 p.

7.4 Terminalidades Intermediárias

A certificação ao discente pela conclusão de módulos, etapas de cursos técnicos, são possíveis aos cursos que apresentam a existência de saídas intermediárias, definida previamente



no plano de curso, não sendo uma obrigatoriedade das instituições adotá-la. Quanto a essa questão, é legalmente tratada no Decreto Federal nº 5.154 de julho de 2004 que traz o seguinte:

Esta proposta pedagógica do Curso Técnico em Cooperativismo, na Modalidade a Distância, não prevê terminalidades intermediárias.

7.5 Prática Profissional Integrada

No Curso Técnico em Cooperativismo, na Modalidade a Distância, serão desenvolvidas práticas profissionais integradas, servindo como uma atividade articuladora entre ensino, pesquisa e extensão, entre teoria e prática.

A prática profissional integrada compreende diferentes situações de vivências, aprendizagens e trabalhos, a partir das estratégias metodológicas adotadas, onde o tempo necessário e a forma para o seu desenvolvimento estarão explicitados nos planejamentos (planos de ensino, planos de visita técnica, projetos de ensino, dentre outros) dos docentes.

A outra forma de proporcionar a prática profissional será o desenvolvimento de projetos, nesta categoria podemos elencar dois tipos:

- Projetos de pesquisa;
- Projetos de extensão.

O IFRR possui programas de incentivo a pesquisa e a extensão que são lançados anualmente por meio de Editais de seleção, onde as atividades dos projetos selecionados serão realizadas concomitantemente às aulas nos horários estabelecidos pelas Coordenações de Curso, sendo que ao final, os mesmos são apresentados no Fórum de Integração do IFRR. Os programas são:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT): dentre os seus objetivos, citam-se o incentivo ao desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas, que introduzam os alunos dos Cursos Técnicos e de Graduação no âmbito da pesquisa aplicada e da Inovação Tecnológica, bem como, despertar o interesse do discente para a investigação científica e o desenvolvimento da Inovação Tecnológica e, assim, contribuir para a complementação de sua formação.
- Programa Institucional de Bolsas de Estudos para Atividades de Extensão (PBAEX): objetiva incentivar, através de recursos próprios, o desenvolvimento de atividades de extensão que motivem os servidores a desenvolverem ações de extensão com a comunidade local e

introduzam os alunos dos cursos técnicos e superiores no âmbito da extensão tecnológica comunitária, bem como, contribuir para a implantação e consolidação das áreas de extensão da instituição, despertar o interesse dos discentes, dos docentes e dos técnicos para atividades de extensão comunitária e tecnologia social, contribuindo para a complementação de sua formação.

Ainda, as atividades de pesquisa e extensão podem ser desenvolvidas em forma de projeto em qualquer tempo, sem bolsa, durante o ano letivo, desde que seja apresentada proposta para o setor responsável (pesquisa ou extensão), constando das informações que justifiquem o desenvolvimento da atividade.

Dessa maneira, a prática profissional integrada constitui uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadores de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios.

7.6 Projeto Integrador

Ao longo do curso deverão ser construídos projetos integradores entre os componentes curriculares a fim de contribuir para a integração interdisciplinar, atendendo assim, aos princípios estabelecidos na Organização Didática de 2012 que em seu Art. 15 apresenta os seguintes princípios educacionais: contextualização; diversidade; interdisciplinaridade e flexibilidade. Neste sentido, os projetos integradores serão propostos pelos docentes no início dos módulos, através de propostas que unam teoria e prática, e deverão ser publicadas no ambiente virtual de aprendizagem e discutidas nos momentos presenciais que serão realizados com as turmas. O projeto integrador deverá ser entregue em formulário próprio a coordenação de curso para acompanhamento pedagógico do coordenador de curso e pedagogo.

Os projetos integradores possibilitarão a vivência de experiências profissionais, a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de uma competência, a fim de prepará-los para os desafios no exercício da profissão. Detalhes metodológicos a serem adotados, tempo e pessoal envolvido, bem como objetivos, competências e resultados alcançados, estarão descritos nos projetos integradores.

Os docentes deverão propor projetos integradores em que os discentes construirão projetos científicos que deverão culminar em artigos para apresentação dos alunos no polo e finalização do curso.



7.7 Estágio Curricular

O estágio curricular supervisionado, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, é atividade curricular com ênfase exclusiva didático – pedagógica, visando à preparação para o trabalho, a vida social e cultural dos estudantes.

A Resolução nº 292/2017 que estabelece as normas e diretrizes gerais de estágio e sua padronização nos *campi* do IFRR, prevê que o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares e do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução nº 292/2017, Art. 2º).

No Curso Técnico em Cooperativismo na modalidade a distância, o estágio é facultativo, ou seja, é opcional aos discentes realizarem esta atividade.

No Curso Técnico em Cooperativismo na modalidade a distância prevê-se a oferta de estágio não obrigatório, em caráter opcional, caso o aluno decida realizar o estágio, o mesmo deverá realizar o Estágio Profissional Supervisionado, com carga horária de 150 horas, podendo ocorrer a partir do Módulo II do Curso. A realização do Estágio poderá acontecer em Empresas, Instituições de ensino, órgãos públicos e a própria comunidade, conforme seus interesses e possibilidades. A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFRR.

7.8 Práticas Interdisciplinares

Também poderá ser desenvolvido o ensino por projetos, fundamentado na articulação teoria-prática e no trabalho como princípio educativo, ou seja, na perspectiva de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão possam ser planejadas e executadas, garantindo ao educando o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional. Tais projetos deverão contar com atividades planejadas e desenvolvidas coletivamente, contemplando a maior quantidade possível de componentes curriculares. Como esses projetos podem integrar vários componentes curriculares, a nomenclatura que será utilizada é Projeto Integrado, o qual deverá constar no planejamento dos docentes.

7.9 Atividades Complementares

São consideradas atividades didático-pedagógicas de caráter multidisciplinar constantes



dos planos de ensino dos diversos cursos, que objetivam complementar aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos discentes, além das aulas regulares:

- a) Aulas práticas, micro estágios e visitas técnicas;
- b) Conselho de Classe;
- c) Encontros e/ou reuniões de caráter educacional de avaliação do processo de ensino-aprendizagem;
- d) Atividades e/ou eventos (palestras, seminários, minicursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo, conforme justificativa apresentada à respectiva coordenação de curso e pedagógica.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

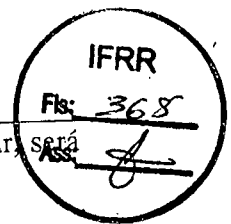
8.1 Avaliação da Aprendizagem

De acordo com o Art. 79 da Organização Didática vigente, para aferir a eficiência e eficácia do processo de ensino aprendizagem, o IFRR adotará um sistema polidimensional de avaliação que inclui, entre outros, os seguintes aspectos:

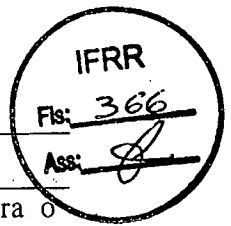
- a) Avaliação da aprendizagem do discente,
- b) Avaliação das estratégias de ensino,
- c) Avaliação do desempenho docente,
- d) Avaliação do plano de curso e do currículo.

Desta forma, a verificação da aprendizagem do Curso Técnico em Cooperativismo, ofertado na forma modular, será realizada levando em consideração as habilidades e atitudes desenvolvidas pelos discentes durante o processo formativo através da realização das atividades avaliativas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, como também por meio das atividades avaliativas e assiduidade nos encontros presenciais de todos os componentes curriculares, obedecendo aos critérios de avaliação, conforme tabela abaixo:

Processo	Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio
Avaliação da Aprendizagem	- Expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, sendo admitida uma casa decimal. - Se por falta de comparecimento do discente tanto no desenvolvimento das atividades avaliativas do Ambiente Virtual de Aprendizagem quanto nas atividades avaliativas presenciais nos polos, decorrido o prazo de pedido de



	<p>segunda chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, será atribuída nota 0,0 (zero).</p> <p>- No mínimo dois instrumentos avaliativos diferentes entre si em cada componente curricular, sendo um desses instrumentos a (s) avaliação (ões) presencial (ais).</p>
Verificação da Aprendizagem pelo docente	<p>- A nota de cada componente curricular será a média aritmética de todas as avaliações aplicadas durante o módulo, dada pela fórmula: $NU = (AV1 + AV2 + AV3 + AV4)/4$.</p>
Recuperação	<p>- Ao final de cada módulo, o discente que não obtiver a média 7,0 (sete), terá direito à recuperação, mediante uma nova avaliação, com valor de 0,0 a 10,0, desde que tenha frequentado pelo menos 75% das aulas presenciais no(s) componente curricular (es) em recuperação e que tenha realizado as avaliações propostas pelo docente;</p> <p>- Caso o discente faça Avaliação de recuperação, a Nota do(s) componente(s) curricular (es), pós recuperação, será a Nota da Recuperação, desde que essa nota seja superior.</p>
Verificação da Aprendizagem pela Coordenação de Curso	<p>- Será considerado aprovado por média o discente que obtiver nota modular igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% do total de carga horária presencial em cada módulo.</p> <p>- Será considerado reprovado por nota o discente que obtiver média modular menor que 4,0 (quatro) em 3 (três) ou mais componentes curriculares e, por frequência, quando esta for menor que 75% do total de carga horária presencial em cada módulo nas atividades presenciais.</p>
Exame Final	<p>- Ao término do período letivo, haverá um Exame Final (EF) destinado aos discentes que obtiveram nota igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), e cuja frequência for igual ou superior a 75% do total da carga horária prevista em cada módulo nas atividades presenciais.</p> <p>- O discente estará aprovado se, após o Exame Final, obtiver Nota Final (NF) igual ou superior a 7,0 (sete), obtida pela média aritmética entre a Nota Modular e a Nota do Exame Final, dada pela seguinte fórmula: $NF = (NM + EF)/2$.</p> <p>- O discente estará reprovado se a Média Final (MF) for inferior a 7,0 (sete).</p>



Dependência	<p>- O discente poderá ser promovido, na situação de Dependência, para o módulo seguinte – se reprovado após Exame Final – em até 2 (dois) componentes curriculares.</p> <p>- O discente promovido para o módulo seguinte, na situação de Dependência, deverá cursá-la de forma paralela ao módulo para o qual foi promovido, em turma já em andamento na Instituição, ou seja, não será criada uma turma própria para a referida Dependência.</p>

Para efeito de frequência, computar-se-ão os momentos presenciais nos Polos de Educação a Distância.

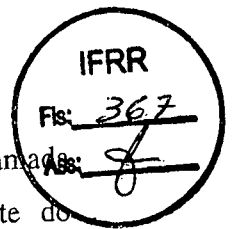
Quando da realização de avaliações escritas, essas deverão ser corrigidas e devolvidas aos discentes, após a sua realização, a fim de possibilitar apreciação, discussão ou reclamação dos resultados.

Ao docente compete, antes de cada avaliação, apresentar aos discentes o conteúdo a ser avaliado, bem como, ao final do componente curricular, entregar à Coordenação de Cursos, o diário de classe devidamente preenchido, o relatório de notas, faltas e conteúdos ministrados sem rasuras e/ou manchas de corretivos, depois de digitado no sistema de registro de notas, no prazo estabelecido no Calendário Escolar.

9 DA VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM SEGUNDA CHAMADA

É direito de o estudante ter acesso à segunda chamada das avaliações da aprendizagem presenciais, desde que solicite à Coordenação de Curso, no prazo de até 10 dias, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente e mediante a apresentação dos documentos justificativos, abaixo especificados:

- a) Atestado médico, comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- b) Declaração de corporação militar, comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- c) Declaração da Direção de Ensino do Campus, comprovando que o estudante estava representando o IFRR em atividade artística, cultural ou esportiva;
- d) Ordem Judicial;
- e) Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge.



A autorização para realização da verificação da aprendizagem em segunda chamada dependerá da análise do requerimento pela Coordenadoria de Curso e pelo docente do componente curricular, que dispõem de 72 horas, após a notificação ao docente, para emitirem parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao docente do componente curricular elaborar e aplicar o instrumento de avaliação da aprendizagem em segunda chamada, no prazo máximo de 8 (oito) dias do deferimento do pedido.

10 DA REVISÃO DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão da avaliação. O requerimento, fundamentando sua discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Polo, até 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da avaliação. A Coordenação de Polo deverá encaminhar a demanda a Coordenação de Curso.

Cabe à Coordenação de Curso dar ciência ao docente do componente curricular para emissão de parecer. Caso o docente se negue a revisar a avaliação, cabe a Coordenação do Curso designar uma comissão composta por docentes do curso/área e representante da equipe pedagógica, para deliberação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

10.1 Avaliação do Curso

A avaliação do curso é de suma importância para o aperfeiçoamento contínuo do desempenho acadêmico e o planejamento da gestão acadêmico-administrativa.

Deste modo, o curso será avaliado ao final da conclusão de cada turma, por meio de comissão específica que poderá utilizar de workshop como um dos instrumentos de diagnóstico e avaliação, no qual serão discutidos os aspectos do curso. Todos os segmentos da comunidade acadêmica, de forma ativa e consciente, participarão do processo avaliativo, fornecendo sugestões e críticas. Os dados obtidos serão tratados adequadamente pelo departamento das áreas acadêmicas ao qual o curso está vinculado, visando a implementação de ações que assegurem a oferta de uma educação de qualidade e o contínuo aperfeiçoamento das ações da gestão acadêmica.

10.2 Avaliação da Proposta Pedagógica do Curso

A avaliação da Proposta Pedagógica do Curso é necessária para que haja aperfeiçoamento



contínuo das ações de ensino-aprendizagem e fortaleça o planejamento da prática pedagógica e dos outros fatores envolvidos.

Sendo assim, este documento norteador será constantemente avaliado para aferir sua aplicabilidade e efetividade na formação de profissionais que emanam a sociedade atual. Por isso, as adequações e reformulações serão necessárias em decorrência das transformações culturais, sociais e econômicas, como também, mediante a observância da defasagem curricular e implementação de políticas e ações de inovações tecnológicas.

Portanto, a primeira avaliação da proposta pedagógica do Curso Técnico em Cooperativismo, modalidade à distância, ocorrerá após a conclusão da primeira turma. Na qual uma comissão formada para este fim, realizará a discussão do plano de curso, junto à comunidade acadêmica (discentes e docentes) e externa, fazendo, posteriormente, os encaminhamentos necessários para possíveis alterações.

10.3 Aproveitamento e procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais Anteriormente Desenvolvidas

O *Campus* Amajari poderá aproveitar conhecimentos e experiências anteriores dos discentes, desde que estes estejam diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do Curso Técnico em Cooperativismo, conforme preconiza a Organização Didática do IFRR.

Aos discentes regularmente matriculados no Curso, é garantida a possibilidade de aproveitamento de estudos de disciplinas ou componentes curriculares cursados, exceto nos casos de transferência recebida, quando o processo será automático.

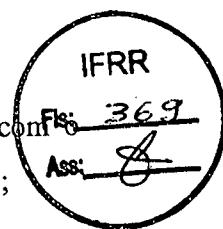
Para a solicitação de aproveitamento de estudos o discente deverá adotar o seguinte procedimento:

- a) Quando se tratar de estudos referentes ao ensino técnico ou graduação em cursos legalmente autorizados e realizados em instituições de ensino reconhecidas e credenciadas:

I – Dar entrada no protocolo do *Campus* em que esteja matriculado com o requerimento solicitando o “aproveitamento de estudos”, em formulário próprio;

II - Anexar ao Requerimento a seguinte documentação: Histórico Escolar e ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, competências e habilidades estudadas.

- b) Quando se tratar de cursos livres:



I - Dar entrada no setor de Protocolo do *Campus* em que esteja matriculado com requerimento disponibilizado por esse setor, solicitando o “aproveitamento de estudos”;

II - Anexar ao Requerimento os comprovantes dos estudos realizados.

O pedido de aproveitamento de estudos dará origem a um processo que será despachado para o Departamento de Ensino/Coordenação de Curso a que o discente estiver vinculado, para emissão de parecer técnico que concluirá pelo:

a) aproveitamento total de estudos, quando o processo atender todas as exigências deste documento;

b) aproveitamento parcial de estudos, devendo o discente submeter-se ao processo de adaptação curricular por complementação de estudos, quando a carga horária for igual ou superior, mas os conteúdos, competências e habilidades estudadas forem quantitativa e qualitativamente inferiores ao programa de ensino do componente curricular pleiteado pelo discente;

c) aproveitamento parcial de estudos, devendo o discente será submetido ao processo de adaptação curricular por complementação de carga horária, quando os conteúdos, competências e habilidades estudadas forem quantitativa e qualitativamente iguais ou superiores, mas a carga horária for inferior a 75% do total previsto para o componente curricular;

d) não aproveitamento de estudos, quando conteúdos, competências, habilidades e carga horária forem inferiores em mais de 25% do total constante do programa de ensino componente curricular pleiteado pelo discente.

Quando o processo for relativo ao aproveitamento de estudos realizados em cursos livres, o Departamento de Ensino/Coordenação de Curso deve providenciar para que o discente seja submetido a uma avaliação elaborada com base nos conteúdos, competências e habilidades objeto de estudos no componente curricular correspondente.

Após os resultados finais, os processos de aproveitamento de estudos serão devolvidos ao setor de Registros Escolares (CORES) para efeito de registro e regularização da vida escolar do discente.

10.4 Atendimento ao Discente

O *Campus* Amajari/IFRR oferece aos discentes: apoio psicopedagógico, atendimento individualizado extraclasse por parte dos docentes, assistência social, atividades de nivelamento, atividades de pesquisa, extensão, esportivas e culturais, e atividades extras na área de ensino.



11 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A educação a distância é uma das modalidades de ensino presente nas instituições educacionais contemporâneas, uma vez que através da disponibilização de tecnologias de informação e comunicação possibilita o desenvolvimento de estratégias pedagógicas ou procedimentos metodológicos visando à aprendizagem significativa.

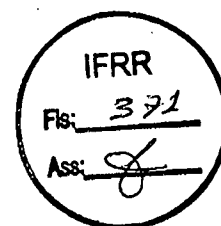
Nesta perspectiva, o Curso Técnico em Cooperativismo – EAD tem como proposta o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas que possibilitem diversas aprendizagens resultantes da construção e reconstrução de conhecimentos balizados pelas dimensões teórica e prática da produção cultural e científica que a humanidade tem produzido historicamente.

Os diversos aspectos que permeiam o processo ensino - aprendizagem - a mediação por computador, videoconferência e materiais didáticos digitais e impressos, empregando múltiplas combinações de linguagens e outros recursos tecnológicos e educacionais -, contribuem para a mediação em todas as etapas da formação dos estudantes e não somente a transmissão de informações.

Logo, a interação neste processo educacional dar-se-á, principalmente, através do **Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA**, com a utilização da **Plataforma Moodle**, que disponibilizará eletronicamente diversas ferramentas pedagógicas, para a realização das atividades/trabalhos a partir das bases tecnológicas - conteúdos - dos componentes curriculares previstos na Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Cooperativismo em consonância com as diretrizes educacionais vigentes e ao contexto.

Dentre os recursos tecnológicos e educacionais está o ambiente ou espaço instrucional com fins didático-pedagógico, permitindo que o processo de ensino-aprendizagem fomente a reflexão, discussão e interação entre os estudantes, professores e tutores a partir do estabelecimento de relações individual e coletiva, que norteie a construção do conhecimento. Então, elencamos algumas ferramentas que estarão presentes ao longo do curso, a saber:

- Ferramentas de Comunicação;
- Fórum de Discussão;
- Chat ou Bate-Papo;
- Biblioteca;
- Agenda;
- Visitas Técnicas;
- Vídeoconferência;
- Sugestões de Leituras;



- Questionários;
- Wiki;
- Outros.

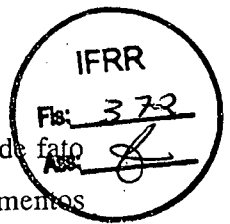
Portanto, a educação à distância através do ambiente virtual de aprendizagem, no caso a Plataforma Moodle, possibilita ao estudante o desenvolvimento de atividades/trabalhos, projetos individuais e coletivos, troca de experiências, construção de conhecimentos de forma interdisciplinar/transdisciplinar durante o seu percurso formativo.

A elaboração dos materiais didáticos ou caderno didático é outro fator que em um curso EAD deve ser criteriosamente pensado. Os materiais precisam ser idealizados e desenvolvidos tendo como diretriz as ações pedagógicas, respeitando os estilos de aprendizagem, os tempos de aprendizagem dos alunos e as diferenças de posturas dos professores/tutores e dos alunos, sem deixar em segundo plano o coletivo. Fundamentalmente, mais que uma elaboração bem feita, com antecedência, e implantada com os devidos cuidados, é preciso manter um processo contínuo de avaliação do material didático quanto aos objetivos, conteúdos, estrutura e formatos de apresentação, atentando para as diferentes formas de comunicação, explorando ao máximo as ferramentas do gerenciador de aprendizagem, definindo as estratégias da narrativa a serem aplicadas aos textos, a linguagem audiovisual e as ferramentas auxiliares para o processo de aprendizagem, instigando para que haja reflexão, discussão e interação.

E para fomentar e consolidar os diversos momentos pedagógicos durante o Curso Técnico em Cooperativismo, as estratégias pedagógicas ou procedimentos metodológicos são importantes para nortear quanto aos estilos de aprendizagem, perfil do estudante, as particularidades da turma, a efetividade das bases tecnológicas e a coerência proposta pedagógica do curso. Logo, destacamos algumas estratégias pedagógicas que estão presentes na Proposta Pedagógica do *Campus Amajari/IFRR* e, conseqüentemente, a Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Cooperativismo – EAD, tais como: atividades/trabalhos individuais e grupais, exercícios, seminários, estudo de casos, vídeos/filmes, projetos de pesquisa e extensão, elaboração de relatórios e outros que os docentes, tutores e equipes pedagógicas considerarem pertinentes no processo formativo dos estudantes.

12 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva compreende a educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e



Tecnologia de Roraima enquanto instituição de ensino entende que a educação inclusiva de fato deve acontecer e com isso proporciona, como um conjunto de princípios e procedimentos implementados pela Assessoria de Políticas Inclusivas - API, o qual concentrará as políticas de inclusão regidas por um documento norteador e com uma equipe permanente composta por profissionais multidisciplinares que trabalham em prol de uma educação inclusiva concreta.

É notória no mundo contemporâneo, a exclusão assídua de um enorme contingente da população, onde o fator em destaque é a dificuldade de se conviver com a diferença. No bojo das discussões sobre a exclusão merece destaque a exclusão escolar dessas pessoas. Assim, vem se expandindo as discussões sobre a inclusão escolar das pessoas com deficiência, particularmente, sobre as condições de acessibilidade e permanência na escola.

Sendo assim, seguindo o recomendado pelo Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - *Campus Amajari* vem implantando ações para atender as instruções do referido decreto sendo que já atende algumas específicas como serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comunicam em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento e pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas.

Portanto, no *Campus Amajari/IFRR*, existem políticas sendo desenvolvidas pela gestão que tem como meta prioritária não permitir que nenhum educando seja excluído dos processos de ensino, pesquisa e extensão e, por consequência, do mundo do trabalho e conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais (NAPNE).

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, enquanto instituição de ensino, entende que a educação inclusiva de fato deve acontecer e com isso proporciona, como um conjunto de princípios e procedimentos implementados por meio de documentos e regimentos institucionais, o qual concentrará as políticas de inclusão regidas por um documento norteador e com uma equipe multidisciplinar permanente composta por profissionais que trabalham em prol de uma educação inclusiva concreta. Sendo assim, seguindo o recomendado pelo Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - *Campus Amajari* vem implantando ações para atender às instruções desse Decreto sendo que já atende algumas específicas, como:

- 1) Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por



intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comunicam em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

2) Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, intelectual e múltipla, bem como às pessoas idosas. Portanto, no IFRR – *Campus Amajari* existem políticas sendo desenvolvidas pela gestão que tem como meta prioritária não permitir que nenhum educando seja excluído dos processos de ensino, pesquisa e extensão e, por consequência, do mundo do trabalho. No que concerne à educação inclusiva, o *Campus Amajari* conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). A missão do Núcleo de Apoio e Inclusão Profissional às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE é desenvolver de forma articulada os processos de educação, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e extensão, valorizando o ser humano, considerando a territorialidade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. Essa atividade requer o acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas para garantir o acesso e a sua permanência por meio de adequações e/ou adaptações curriculares, construção de tecnologias assistivas e demais materiais pedagógicos. Acompanhar a vida escolar desses estudantes e estimular as relações entre instituição escolar e família, bem como auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, como mediador entre docentes, estudantes, gestores, são atividades do NAPNE e são fundamentais para garantir a inclusão no Instituto.

O NAPNE tem como atribuições:

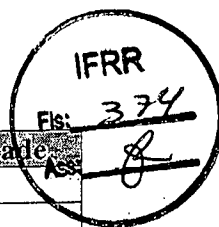
1) Promover a inclusão de pessoas com deficiência através de serviços e recursos específicos a suas particularidades, proporcionando a acessibilidade e assim garantir com êxito sua entrada, permanência e saída com êxito deste Instituto.

2) Articular pessoas e instituições desenvolvendo ações de implantação e implementação do programa TEC NEP no âmbito interno, envolvendo sociólogos, psicólogos, supervisores e orientadores educacionais, técnicos, administrativos, docentes, discentes e pais.

3) Criar na instituição a cultura da “Educação para convivência”, aceitação de diversidade, e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais.

13 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Dependências	Quantidade
Sala da Direção	01
Sala da Coordenação de Curso	01



Dependências	Quantidade
Sala da Coordenação de Assistência ao Estudante	01
Sala dos professores	01
Sala da Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	01
Sala da Coordenação de Extensão	01
Sala de aula climatizada com Tv	08
Conjunto de banheiro feminino	01
Conjunto de banheiro masculino	01
Área de convivência	01
Refeitório	01
Alojamento feminino – capacidade para 56 pessoas	01
Alojamento masculino – capacidade para 56 pessoas	01
Ginásio de esportes coberto	01
Biblioteca	01
Laboratório de Informática	01
Laboratório de Biologia e Química	01
Laboratório de Aquicultura e Limnologia	01

13.1 Espaço Físico Da Biblioteca

O espaço físico da biblioteca está distribuído em:

- a) Acervo geral;
- b) Salão de consulta;
- c) Sala para leitura individual;
- d) Sala de multimídia;
- e) Coordenação;
- f) Hall de exposição.

13.2 Infraestrutura de Laboratórios

Para atender às necessidades do curso quanto aos laboratórios, às aulas práticas laboratoriais serão realizadas nos laboratórios do IFRR/CAM.

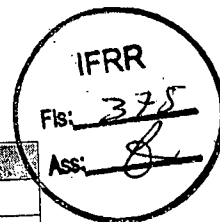
O IFRR/CAM conta com os seguintes laboratórios:

13.2.1 Laboratório de Informática

Equipamento/Material	Quantidade
Microcomputador completo	30

13.2.2 Laboratório de Biologia e Química

Equipamento/Material	Quantidade
Agitador de tubos	02



Equipamento/Material	Quantidade
Balança digital – 0,01kg a 1kg	01
Balança digital – até 15kg	01
Balança digital – até 20kg	01
Capela de exaustão	01
Destilador de água	01
Estufa de secagem	01
Estufa de germinação	01
Espectrofotômetro	18
Esteromicroscópio	01
Freezer	02
Liquidificador industrial	18
Microscópio binocular	01
Microscópio trinocular	01

13.2.3 Laboratório de Aquicultura e Limnologia

Equipamento/Material	Quantidade
Aquários com sistema de recirculação	12
Balança de precisão	01
Balança digital	01
Barco de alumínio – 6m	01
Bomba submersa	04
Canister	02
Destilador de água	01
Esteromicroscópio	02
Filtro ultravioleta	04
Forno Mufla	01
Gerador de energia	01
Incubadora para ovos e larvas de peixe	10
Microcomputador completo	01
Microscópio binocular	02
Motor de popa – 15HP	01
Motor de popa – 40HP	02
pHmetro de mesa	01
Tanques com sistema de recirculação	12
Instalação complementar Aquícola – 4 hectares	
Tanques para aquicultura	10
Aprisco	01
Pocilga	01
Aviário	01
Casa de vegetação	01
Área de cultivo (olericultura, culturas anuais, forragicultura e fruticultura)	-



14 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

14.1 Pessoal docente

Formação geral	Titulação	Regime de Trabalho	Quantidade
Bacharel em Agronomia	Doutor	40h DE	3
Bacharel em Agronomia	Mestre	40h DE	3
Bacharel em Engenharia de Pesca	Mestre	40h DE	1
Bacharel em Engenharia de Pesca	Graduado	40h DE	1
Bacharel em Zootecnia	Doutor	40h DE	4
Bacharel em Zootecnia	Mestre	40h DE	1
Licenciatura em Ciências Agrárias	Doutor	40h DE	1
Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	Doutor	40h DE	1
Licenciatura em Ciências Biológicas	Graduado	40h DE	1
Licenciatura em Educação Artística	Especialista	40h DE	1
Licenciatura em Educação Física	Especialista	40h DE	2
Licenciatura em Física	Mestre	40h DE	1
Licenciatura em Física	Graduado	40h DE	1
Licenciatura em Geografia	Mestre	40h DE	1
Licenciatura em Geografia	Especialista	40h DE	1
Licenciatura em Geografia	Graduado	40h DE	1
Licenciatura em História	Especialista	40h DE	1
Licenciatura em Letras	Especialista	40h DE	2
Licenciatura em Letras	Graduado	40h DE	1
Licenciatura em Matemática	Especialista	40h DE	2
Licenciatura em Química	Mestre	40h DE	2
Licenciatura Intercultural	Mestre	40h DE	1
Tecnólogo em Análise de Sistemas	Graduado	40h DE	1
Docentes disponíveis	--	--	34

14.2 Pessoal Técnico

Apoio Técnico	Quantidade
Administrador	2
Analista de Tecnologia da Informação	1
Assistente de Aluno	4
Assistente em Administração	8
Assistente Social	1
Auxiliar de Biblioteca	2
Auxiliar em Administração	4
Bibliotecária	1
Contador	1

Apoio Técnico	Quantidade de Ass:
Gestor Público	1
Intérprete de Libras	2
Jornalista	1
Operador de Máquinas Agrícolas	1
Pedagoga	3
Secretária Executiva	1
Técnico em Laboratório	1
Técnico em Agropecuária	3
Técnico em Assuntos Educacionais	1
Técnico em Audiovisual	1
Técnico em Secretariado	3
Técnico em Tecnologia da Informação	1
Técnico-Administrativo disponível	44

15 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS

No Curso Técnico em Cooperativismo subsequente ao Ensino Médio na modalidade a distância não há certificações intermediárias, somente garante o Diploma de Técnico em Cooperativismo, ao final do Curso.

16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer CNE/CEB nº 14/99.

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.

VIEIRA, F.M.S. Considerações teórico-metodológicas para elaboração e realização de cursos virtuais. <http://www.abed.org.br>

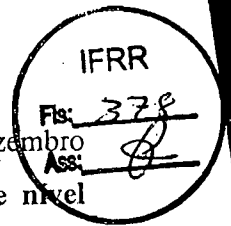
SOUZA, T.R.P. A Avaliação como prática pedagógica. II Congresso Internacional de Educação a Distância, Brasília-DF, 2001.

CARVALHO, Carlos Augusto matos de. Cooperativismo e Associativismo: uma questão cultural. Em: <http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/artigos/usuarios/a-competitividade-logistica>>>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. Inclusão uma realidade em discursão. Curitiba: IbpeX, 2007.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer CNE/CEB nº 11/2008. Proposta de Instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer nº 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.



_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer nº 39, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 06/12. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 01/04. Institui as Diretrizes para a organização e a realização de estágio de discente da Educação Profissional e do Ensino Médio inclusive na modalidade de Educação Especial.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 01/05. Atualiza a aplicação do DEC. 5.154 de 23/07/04.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 04/05. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB Nº. 01/05, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Ed. Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5154/04.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 02/05. Modifica a redação do §3º do art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 03/99. Institui as Diretrizes Nacionais para o funcionamento de Escolas Indígenas.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB nº 03/2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

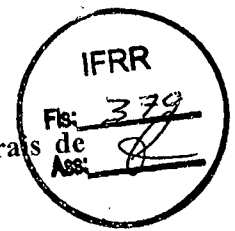
_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 dez. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.892, de 29/12/ 2008. Institui a Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA/IFRR –
Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI. Roraima, 2009.

_____. **Organização Didática do IFRR.** Roraima, 2012.

MEC. **Caderno de subsídios: Referências para uma política nacional de Educação do Campo,** 2ª ed. Brasília, 2005.

_____. **Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral :** caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília, 2009.

_____. **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA/IFRR. Instrução Normativa N°01, de 26/09/2013. Estabelece os procedimentos para elaboração e adequação curricular dos planos de cursos técnicos e superiores do IFRR.**